



Departamento de Finanças

A Importância da Literacia Financeira nas Decisões de Investimento

Pedro Manuel de Sousa Carita

Dissertação de mestrado para obtenção do grau de

Mestre em Finanças

Orientador:
Professor Doutor Luís Alberto Ferreira de Oliveira
ISCTE - Departamento de Finanças

Setembro, 2016

Setembro, 2016

A Importância da Literacia Financeira nas Decisões de Investimento
Pedro Manuel de Sousa Carita



Resumo

A literacia financeira tem sido um tema amplamente comentado nos últimos tempos na sequência de diversos desastres financeiros ao redor de todo o mundo. Portugal também contribuiu para estes desastres com diversas situações, algumas delas com repercussões bastante significativas, afectando o país no plano económico, financeiro e, por consequência, social. Por este motivo, achamos que a literacia financeira é um assunto que deve assumir uma prioridade relevante nas agendas de vários governos, um pouco por todo o mundo, Portugal em particular. Nesta dissertação vamos abordar, numa primeira fase, as diversas definições da literacia financeira através de vários autores e concentrar os resultados de inquéritos que têm sido feitos nos últimos anos, em especial países da OCDE, incluindo Portugal. De seguida, pretende-se dar uma visão do panorama geral do que se tem feito ao redor do mundo para combater a iliteracia financeira e para melhorar o nível de cultura financeira da população em geral. Apresentamos também algumas das estratégias adoptadas pelos governos e outras organizações não-governamentais. Neste contexto, tentaremos posicionar Portugal no contexto da literacia financeira ao nível de medidas implementadas e iniciativas que os vários agentes, com responsabilidade no mercado financeiro, têm vindo a desenvolver. Tentaremos perceber a importância da literacia financeira ao nível das finanças comportamentais e das decisões de investimento/poupança, tentando identificar quais as consequências na vida dos indivíduos face ao seu nível de cultura financeira. Por fim, apresentamos ainda os resultados de um inquérito feito a 324 alunos de ISCTE que visou aferir os seus conhecimentos financeiros.

Palavras-chave: Literacia financeira, Cultura financeira, Finanças comportamentais, Decisões de investimento

Códigos JEL: G02, G14, G11

Abstract

Financial literacy has been a very important subject in the last years as a consequence of several financial disasters all over the world. Portugal had its role in some of these situations, some of them quite relevant, affecting economy, finance and even socially. Having this in mind we think financial literacy should assume a priority in some governments agendas in many countries and in Portugal in particular. In this thesis we will find some definitions of financial literacy through different authors, in the first stage, and get to know some results of surveys which have been made in the last years in ODCE countries, Portugal included. We will also try to give a general vision of some work that governments and other organizations have been doing to fight financial illiteracy and increase financial education level of their citizens. We also present some of the strategies adopted by governments and other non-governmental organizations. After this we'll try to put Portugal in the world financial literacy context, describing some taken measures made by entities who have responsibilities in the financial markets. We'll try to make a connection between financial literacy, investment decisions and behavioral finance and understand its impacts on the individuals personal life as a consequence of their financial education. To conclude we will also present results from an inquiry made to 324 students from ISCTE which aim was to assess their financial knowledge.

Keywords: Financial literacy, Financial culture, Behavioral Finance, Investment Decisions

JEL Codes: G02, G14, G11

Agradecimentos

À minha família, que se viu privada da minha presença e companhia, para dedicar horas e horas de leitura e escrita, a fim de poder concluir este meu desafio pessoal no tempo previsto.

Ao Professor Doutor Luís Oliveira, que me guiou e orientou pelo rumo certo e que me ajudou nesta jornada de vários meses.

Aos meus colegas de trabalho e amigos, que passaram o ano a ouvir-me falar sobre os mais variados temas de literacia financeira, enquanto eu desenvolvia o tema.

À Dra. Rita Machado da APB, que me facultou informação preciosa, que ainda não se encontrava disponível *online*, pela sua disponibilidade e simpatia.

Ao Diogo Pereira da Cetelem, que me disponibilizou o estudo completo realizado pela sua empresa e o jornal O Observador.

Índice

Resumo.....	iii
Abstract	iv
Agradecimentos.....	v
Índice de Quadros.....	vii
Índice de Figuras	vii
Índice de abreviaturas, siglas e acrónimos.....	viii
Sumário Executivo	x
Introdução e breve revisão da literatura	1
1. Literacia financeira e as suas definições	4
2. O estado da arte da literacia financeira nos países da OCDE	7
2.1 Estudo piloto da OCDE em 2012.....	7
2.2 PISA 2012	8
2.3 World Bank Development Research Group.....	9
2.4 Os últimos estudos sobre literacia financeira em Portugal	10
2.4.1 Banco de Portugal	11
2.4.2 Resultados de Portugal no inquérito internacional à literacia financeira (2015)	12
3. Medidas de promoção da literacia financeira.....	14
3.1 Relatório da OCDE	14
3.1.1 Reino Unido	16
3.1.2 Estados Unidos da América	17
3.1.3 Austrália	17
3.1.4 Nova Zelândia	18
3.1.5 Financiamento da literacia financeira	18
4. Enquadramento de Portugal no contexto da literatura financeira	20
4.1 Caixa Geral de Depósitos.....	22
4.2 Cetelem.....	23
4.3 Banco de Investimento Global	23
4.4 Banco Carregosa	24
4.5 Banco Português de Investimento	25
4.6 Crédito Agrícola.....	25
4.7 Millennium bcp	26
4.8 Deutsche Bank.....	26
4.9 Novo Banco.....	27
4.10 Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios.....	27
4.11 Direcção Geral de Educação	28
4.12 Associação Portuguesa de Bancos	29
4.13 Centro de Investigação em Comunicação e Educação.....	29
5. Directiva dos Mercados e Instrumentos Financeiros e DMIF II	30
5.1 DMIF	30
5.2 DMIF II	31
6. A Literacia financeira, as finanças comportamentais e as decisões de investimento	34
7. Inquérito feito a alunos do ISCTE.....	38
7.1 Caracterização do inquérito e da amostra	38
7.2 Resultados do inquérito	39
Conclusão	49

Referências Bibliográficas	51
Anexos.....	55

Índice de Quadros

Quadro 1 – Resumo dos dados da amostra	Pág. 39
Quadro 2 - Resposta dos alunos do total dos cursos à questão nº 1	Pág. 40
Quadro 3 - Resposta dos alunos do total dos cursos à questão nº 2	Pág. 41
Quadro 4 - Resposta dos alunos do total dos cursos à questão nº 3	Pág. 42
Quadro 5 - Resposta dos alunos do total dos cursos à questão nº 4	Pág. 43
Quadro 6 - Resposta dos alunos do total dos cursos à questão nº 5	Pág. 44
Quadro 7 - Resposta dos alunos do total dos cursos à questão nº 6	Pág. 45
Quadro 8 - Resposta dos alunos do total dos cursos à questão nº 7	Pág. 46
Quadro 9 - Resposta dos alunos do total dos cursos à questão nº 8	Pág. 47
Quadro 10 - Resposta dos alunos do total dos cursos à questão nº 9	Pág. 48

Índice de Figuras

Gráfico 1 – Dados da amostra	Pág. 40
Gráfico 2 – Respostas de todos os cursos à questão nº1	Pág. 41
Gráfico 3 – Respostas de todos os cursos à questão nº2	Pág. 42
Gráfico 4 – Respostas de todos os cursos à questão nº3	Pág. 43
Gráfico 5 – Respostas de todos os cursos à questão nº4	Pág. 44
Gráfico 6 – Respostas de todos os cursos à questão nº5	Pág. 45
Gráfico 7 – Respostas de todos os cursos à questão nº6	Pág. 46
Gráfico 8 – Respostas de todos os cursos à questão nº7	Pág. 47
Gráfico 9 – Respostas de todos os cursos à questão nº8	Pág. 48
Gráfico 10 – Respostas de todos os cursos à questão nº9	Pág. 49

Índice de abreviaturas, siglas e acrónimos

ACM	Alto Comissariado para as Migrações
APB	Associação Portuguesa de Bancos
APFIPP	Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios
AEVMM	Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados
BPI	Banco Português de Investimento
CA	Crédito Agrícola
CASES	Cooperativa António Sérgio para a Economia Social
CGD	Caixa Geral de Depósitos
CICE	Centro de Investigação em Comunicação e Educação
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CNSF	Conselho Nacional de Supervisores Financeiros
CYFI	Child and Youth Finance International
DB	Deutsche Bank
DGE	Direcção Geral de Educação
DMIF	Directiva dos Mercados e Instrumentos financeiros
EPIS	Empresários para a Inclusão Social
ESMA	European Securities and Markets Authority
EUA	Estados Unidos da América
IAPMEI	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação
ILF	Índice de Literacia Financeira
INFE	International Network on Financial Education
ISCTE	Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
JAP	Junior Achievement Portugal
MAS	Money Advice Service
ME	Ministério da Educação
MEA	Munich Center for the Economics of Aging
NYSE Lisbon	New York Stock Exchange Euronext Lisbon
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OPM	Olimpíadas Portuguesas de Matemática

PISA	Programme for International Student Assessment
PNFF	Plano Nacional de Formação Financeira
VMOC	Valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis

Sumário Executivo

A literacia financeira tem sido um dos temas mais quentes nos últimos tempos, e não pelos melhores motivos. Se por um lado temos cidadãos pouco instruídos e pouco conhecedores de matérias de âmbito financeiro, por outro, escândalos financeiros, falências de instituições financeiras e necessidades urgentes de injeção de capital, fazem manchetes de muitos órgãos de comunicação social, durante os últimos anos.

Nesta dissertação apresentamos algumas definições deste tema e mostramos como o conceito da literacia financeira tem evoluído, na sequência do desenvolvimento dos mercados e da complexidade dos instrumentos financeiros. Uma das definições mais completa resume-se a ter cidadãos instruídos e informados sobre temas e conceitos financeiros básicos e úteis à gestão do dinheiro e orçamento familiar para que possam tomar decisões económicas e financeiras fundamentadas, sensatas e estáveis, que contribuam para a sua qualidade de vida e para a estabilidade macroeconómica.

No que diz respeito ao estado da arte nesta matéria, e de acordo com um estudo do *World Bank Development Research Group* e da *The George Washington University School of Business* (2015), constatámos que na Austrália, Canadá, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Israel, Holanda, Noruega, Suécia e no Reino Unido cerca de 65% dos adultos demonstraram ter um nível de literacia financeira superior. Portugal colocou-se no intervalo entre 25 a 34%, partilhando essa posição com a Bulgária. De acordo com o PISA 2012 (*Programme for International Student Assessment*) percebeu-se que há uma forte relação entre os conhecimentos matemáticos e a literacia financeira. Austrália, República Checa, Estónia, Bélgica (a comunidade flamenga) e Nova Zelândia apresentaram bons resultados neste âmbito, em contraste com França, Itália e Eslovénia cujos resultados situaram-se abaixo da média dos países da OCDE. Portugal tem melhorado a sua performance ao nível da literacia financeira, de acordo com o INFE (*International Network on Financial Education*), e está acima da média dos países europeus em questões relacionadas com comportamentos financeiros. Com efeito, 72% dos entrevistados afirmam elaborar orçamento familiar, 82% analisam algum tipo de informação antes de contratarem um produto financeiro e 79% dizem controlar de forma sistemática as suas finanças

pessoais. Refere ainda que 81% pagam atempadamente as suas contas e que 84% não recorrem a nenhum tipo de crédito para fazer face às suas despesas do dia-a-dia.

Ao nível das medidas para aumentar o nível da literacia financeira, podemos aqui encontrar conclusões de um importante relatório da OCDE onde são apresentadas as estratégias que os países têm implementado nos últimos anos, bem como linhas orientadoras para ajudar estes países a alcançarem os seus objectivos de adequados níveis de literacia financeira, contribuindo assim para uma sociedade mais equilibrada. O Reino Unido, os EUA, a Austrália e a Nova Zelândia estão em destaque neste relatório pelas suas boas práticas.

Portugal, por seu turno, tem trabalhado bastante para melhorar o nível de literacia financeira dos seus cidadãos. O Plano Nacional de Formação Financeira tem sido o grande porta-estandarte das iniciativas do país, mas muitas outras entidades têm ajudado a contribuir para que se atinja esse objectivo, entre elas o Ministério da Educação, Associação Portuguesa de Bancos e muitas instituições financeiras.

A Directiva dos Mercados e Instrumentos Financeiros (DMIF) e a DMIF II foram instrumentos regulamentares criados pelo Parlamento Europeu para ajudar a proteger os interesses dos investidores, face à complexidade dos produtos e dos mercados financeiros. Abordamos aqui como estas directivas têm ajudado os investidores considerados não profissionais ou não qualificados.

Relacionamos ainda a literacia financeira com as finanças comportamentais e as decisões de investimento e mostramos como vários autores concluem o impacto que a educação financeira tem nas taxas dos depósitos a prazo, na participação do mercado de acções, no planeamento da reforma e na gestão do património financeiro das famílias.

Por fim, apresentamos os resultados e as conclusões de um inquérito feito a 324 alunos do ISCTE. Concluímos que o perfil dos indivíduos com o nível de literacia financeira superior coaduna-se com o já traçado pela OCDE, Banco de Portugal e CMVM e que ainda há muito espaço para melhorias nesta matéria.

Nota: *Por opção do autor, este trabalho não segue o Acordo Ortográfico de 1990.*

Introdução e breve revisão da literatura

Imagine ter 5.000 Eur em liquidez, não ter necessidade de comprar nenhum bem, não precisar de ajudar nenhum familiar ou amigo e pretender investir essas suas poupanças. Dirige-se à sua instituição financeira e o seu gestor apresenta-lhe diversas opções de investimento. Ele fala-lhe de produtos estruturados, de fundos de investimento, de seguros de capitalização e de obrigações. Fala-lhe ainda de capital garantido, risco de capital e de mercado secundário.

Esta dissertação tem como objectivo aferir a importância que a literacia financeira pode ter na tomada de decisões de investimento pelos clientes aforradores e de que forma é que poderiam esses clientes melhorar a sua tomada de decisões se tivessem um maior conhecimento sobre os temas financeiros abordados pelos seus gestores.

Nos últimos anos têm sido elaborados vários estudos para aferir o grau de educação financeira dos cidadãos de diferentes nações. A OCDE, o Banco Mundial, o Banco Central Europeu, a nível internacional e também internamente, a CMVM e o Banco de Portugal, entre outros, têm dado especial relevância a este tema da Literacia Financeira. Existe uma preocupação cada vez maior em dotar a população em geral de conhecimentos e ferramentas para ajudar na tomada de decisões, sejam elas de consumo, de investimento ou de contratação de crédito.

Com este objectivo em mente, diversas organizações governamentais ao redor do mundo, e também não-governamentais, têm lançado iniciativas que visam aumentar o nível de literacia financeira das suas populações que, por sua vez, podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida das famílias e consequentemente ajudar ao crescimento económico e social das suas nações.

Pretende-se ainda enquadrar a situação de Portugal no contexto da Literacia Financeira: nível em que nos encontramos, quais as intervenções e iniciativas que os vários agentes com responsabilidades no mercado financeiro têm vindo a desenvolver.

Queremos ainda perceber a importância da literacia financeira ao nível das finanças comportamentais, dando especial enfoque ao impacto nas decisões de investimento/poupança.

Apresentamos, por fim, os resultados de um inquérito feito a alunos do ISCTE cujo objectivo visava aferir o seu nível de literacia financeira e conhecimento sobre questões práticas relacionadas com conceitos bancários.

Muitos autores têm trabalhado neste campo da literacia financeira e nas finanças comportamentais. Jorgensen (2007) concluiu no seu estudo que, apesar do baixo nível de cultura financeira, atitudes e comportamentos da sua amostra, estes níveis têm tendência a aumentar com o passar dos anos da licenciatura. Isto quer dizer que os finalistas demonstram ter mais educação financeira, face aos caloiros e que quanto mais cultura financeira demonstram ter, os seus comportamentos e atitudes acompanham essa evolução, sendo que os indivíduos do género masculino apresentam maiores níveis de literacia financeira, face ao feminino.

Apesar de ser um estudo de 1998, Chen e Volpe (1998) concluíram que os estudantes universitários não estão bem informados sobre as suas finanças pessoais e que a sua falta de conhecimentos dificulta a tomada de decisões financeiras. Este estudo apresenta resultados que sugere que há falta de educação financeira no sistema de ensino americano e que isso tem resultado num nível alto de iliteracia financeira. Por consequência, isto leva os indivíduos a preocuparem-se com as suas finanças pessoais e a afectar a produtividade do seu trabalho, tornando um problema para a sociedade. Opletalová (2014) também concluiu no seu estudo a importância da educação financeira nas escolas primárias e secundárias, uma vez que verificou que as famílias que tinham níveis elevados de endividamento, tinham também fracos níveis de literacia financeira.

Shibia e Kieyah (2016) demonstraram que os indivíduos que utilizam serviços financeiros demonstram ter níveis de literacia financeira superior, face aos que não utilizam. Sugerem tornar esses serviços mais baratos e acessíveis a todos, como medida para melhorar o nível de literacia financeira da população.

A propósito da diversificação, Abreu e Mendes (2010) apresentaram um estudo em que mostra que os portugueses têm as suas carteiras de investimento pouco diversificadas, com um número médio de activos de 2,6. Concluem ainda que a literacia financeira influencia significativamente o comportamento dos indivíduos, no que diz respeito à diversificação e que, quanto maior o nível

de escolaridade, de conhecimentos financeiros e da qualidade das informações, maior será a tendência para poderem diversificar as suas carteiras de investimento.

Carlin e Robinson (2012) apresentaram os resultados duma interessante experiência através da participação de alunos num parque temático cujo tema principal eram decisões financeiras. A um grupo foi dada formação financeira de 19 horas e o outro grupo de alunos não teve qualquer formação. Foi pedido aos alunos que tomassem algumas decisões financeiras, criar orçamentos fictícios e outras situações do dia-a-dia. Os autores conseguiram mostrar que a educação financeira teve forte influência nas atitudes e nos comportamentos, uma vez que os alunos que tiveram formação pagaram as suas dívidas mais rapidamente e endividaram-se menos. Verificaram ainda que estes absorveram mais facilmente as informações de apoio à decisão e com isso puderam concluir que a formação financeira e o apoio à decisão são complementares e não substitutos. Em alguns casos alguns alunos tomaram decisões contrárias àquilo que lhes foi ensinado. Isto levou os autores a concluir que é necessário monitorizar os efeitos da educação financeira no comportamento das pessoas e ir ajustando esse ensino.

No penúltimo capítulo desta dissertação, vamos poder constatar outros estudos e conclusões que demonstram a importância da literacia financeira para os tempos que correm e para o futuro das novas gerações.

1. Literacia financeira e as suas definições

A literacia pode ser um conceito muito abrangente. Burnet (1965) já afirmava que a literacia implicava uma série de estágios, tais como: aprender; alcançar um estatuto; obter direitos humanos; conhecer; tomar decisões; melhorar a sua situação social e financeira; melhorar as suas actividades de lazer; fazer comparações e criar e confirmar conclusões.

Mason e Wilson (2000) afirmaram que a literacia permite um indivíduo atingir objectivos e que não se trata de simplesmente ler e escrever.

Schagen (1997) definiu a literacia financeira como sendo a “capacidade de fazer julgamentos informados e tomar decisões efectivas tendo em vista a gestão do dinheiro.”

O Financial Industry Regulatory Authority (2003) defende que se trata da compreensão sobre os princípios de mercado, instrumentos, organizações e regulação, e que estes são muito importantes para a tomada de decisões financeiras.

Moore (2003) afirma que literacia financeira passa por ter competência e aptidão para utilizar os conhecimentos adquiridos na área financeira.

A OCDE em 2005 definiu a literacia financeira como sendo um processo que proporciona aos consumidores/investidores uma maior compreensão dos produtos financeiros e a adopção de comportamentos financeiros adequados. O acesso à informação não garante uma melhor percepção dos conceitos e não assegura uma melhoria no processo de decisão. Deste modo, a formação surge como uma medida complementar às medidas de protecção do consumidor e de regulação financeira, contribuindo para o melhor e mais eficiente funcionamento dos mercados financeiros e dos seus agentes.

Para Mandell (2007) a literacia financeira é ter a capacidade de avaliar novos e complexos instrumentos financeiros e fazer decisões informadas sobre esses instrumentos, de modo que essas possam ser proveitosas para os seus interesses a longo prazo.

Willis (2008) define literacia financeira como sendo a aprendizagem de conceitos financeiros com o objectivo específico de aumentar os conhecimentos e habilidades nesta área, ganhando

confiança e motivação para poder utilizá-los. Afirmar ainda que existe uma forte correlação entre a educação superior com um maior nível de literacia financeira e que esta tem como principal objectivo melhorar os comportamentos, para poder alcançar um bem-estar financeiro.

Na sua pesquisa Hung, Parker, e Yoong (2009) afirmam que a literacia financeira beneficia do conforto de saber lidar com os números, no entanto esta capacidade é insuficiente, uma vez que há necessidade de ter um conjunto básico de outras habilidades cognitivas que permitam apreender conceitos financeiros que dependem da vivência do dia-a-dia e não da aprendizagem de conceitos teóricos.

A Associação Portuguesa de Bancos¹ possui no seu sítio da internet uma definição sobre Literacia Financeira que parece ir ao encontro da realidade actual sobre o tema: “Literacia financeira é ter cidadãos instruídos e informados sobre temas e conceitos financeiros básicos e úteis à gestão do dinheiro e orçamento familiar para que possam tomar decisões económicas e financeiras fundamentadas, sensatas e estáveis, que contribuam para a sua qualidade de vida e para a estabilidade macroeconómica”. Este conceito vai ao encontro da pesquisa de Redmund (2010) em que considera que a Literacia Financeira deixou de ter uma definição simples, em que um indivíduo que tenha competência para gerir o seu dinheiro é definido como “literado²”, para algo um pouco mais complexo. Este autor, na sequência da sua investigação, definiu que na Literacia Financeira podemos encontrar as seguintes categorias: conhecimento de conceitos financeiros; aplicabilidade desses conceitos no dia-a-dia; aptidão para a gestão das finanças pessoais; habilidade para tomar decisões financeiras adequadas e, por fim, confiança para planear necessidades financeiras futuras. Numa perspectiva mais operacional, este autor conclui que orçamentar, poupar, pedir empréstimo e investir, são as categorias que mais se adequam aos tempos modernos para definir a literacia financeira. Huston (2010) definiu também literacia financeira como a forma como os indivíduos compreendem e usam a informação relacionada com finanças pessoais. No entanto, faz uma clara distinção entre *financial knowledge* e *financial literacy*. Defende também que a literacia financeira é um conceito mais abrangente e inclui o

¹ Definição obtida na página oficial da Associação Portuguesa de Bancos em www.apb.pt

² Apesar desta palavra não constar no dicionário português, iremos utilizá-la sempre que nos quisermos referir se um indivíduo tiver uma boa formação financeira

conhecimento financeiro e a sua aplicabilidade no dia-a-dia, quer ao nível das suas finanças pessoais, quer ao nível de produtos financeiros.

Atkinson e Messy (2012) afirmam que a literacia financeira é uma combinação de noções, conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos necessários para que se possa tomar decisões financeiras sensatas e, no limite, alcançar um bem-estar financeiro adequado às necessidades de cada indivíduo.

De uma forma geral, e como já referido, o conceito da literacia financeira tem evoluído com os tempos tendo em conta a necessidade de adaptação ao mundo moderno e, em especial, ao crescente desenvolvimento dos mercados financeiros. Uma vez que ter conhecimentos básicos de finanças desempenha um papel importante na vida de cada um, aplicar esses conhecimentos é ainda mais essencial, de forma a garantir decisões financeiras acertadas e que possam contribuir para um ciclo de vida familiar estável, bem como transmitir esses conceitos e comportamentos às gerações seguintes.

2. O estado da arte da literacia financeira nos países da OCDE

2.1 Estudo piloto da OCDE em 2012

Em 2012 a OCDE publicou um importante documento com os resultados de um teste piloto feito a 14 países. Nesse inquérito testaram-se conhecimentos financeiros, comportamentais e atitudes relacionados com decisões financeiras. Os países que participaram neste estudo foram: Albânia, Arménia, República Checa, Estónia, Alemanha, Hungria, Irlanda, Malásia, Noruega, Peru, Polónia, África do Sul, Reino Unido e as Ilhas Virgens Britânicas. Verificaram-se alguns resultados interessantes. Por exemplo, na categoria dos conhecimentos sobre finanças verificou-se que na Albânia e no Peru menos de 1 em cada 5 pessoas soube fazer um cálculo de juro simples. Em todos os países avaliados, com excepção da Noruega, pelo menos metade da população não tem noção dos benefícios do juro composto.

No que diz respeito aos comportamentos financeiros, constatou-se que na Hungria apenas 27% assegurou uma poupança nos últimos 12 meses, contrastando com a Malásia em que 97% afirmaram tê-lo feito. Na Noruega, 9 em cada 10 indivíduos está atento às suas finanças, no entanto apenas 25% elabora um orçamento familiar. A poupança é satisfatória apenas para 8% dos arménios e 19% para os polacos, por outro lado 61% dos albaneses e os 64% dos peruanos consideram-na muito importante.

Em termos comportamentais, lideram países como a Alemanha, Malásia, Noruega, Peru, África do Sul e as Ilhas Virgens Britânicas. Verificou-se ainda nestes países, com excepção da Hungria, que os homens possuem conhecimentos financeiros superiores do que as mulheres. Um exemplo disto foi que 67% dos homens no Reino Unido acertaram em 6 ou mais questões, face a 40% dos inquiridos do sexo feminino.

Estes resultados confirmaram a falta de conhecimentos financeiros, mas mais importante do que isso percepcionou-se que há muito trabalho a fazer no que diz respeito aos comportamentos. Esta pesquisa tem permitido aos países identificar as falhas e as necessidades no âmbito da educação financeira, trabalhando em políticas e estratégias para poder desenvolver os seus cidadãos. O relatório refere ainda que, em quase todos os países estudados, deverá haver um trabalho

específico para ajudar as mulheres a obter mais conhecimentos financeiros, de forma a poderem acompanhar os homens na tomada de decisões financeiras.

2.2 PISA 2012

Em 2014 a OCDE publicou um relatório que apresentava os resultados de um questionário que avaliava o nível de matemática, leitura, resolução de problemas, ciências e, pela primeira vez, o nível de educação financeira de alunos de 15 anos em 34 países da OCDE e, adicionalmente, outros 31 países parceiros desta organização. No total 510.000 jovens participaram neste questionário, representando cerca de 28 milhões de participantes dos 65 países participantes, ou seja mais de 80% da economia mundial. Esse relatório, conhecido por PISA 2012 (*Programme for International Student Assessment*), explora o conhecimento e a experiência que esses jovens têm com o dinheiro e outros assuntos financeiros e apresenta o estado actual da educação financeira nas escolas.

Verificou-se que alguns sistemas de educação conseguiram assegurar uma aprendizagem com resultados bastante satisfatórios e, ao mesmo tempo, atingi-los de uma forma acelerada. No campo da matemática verificou-se que existem grandes diferenças entre os países ao nível da performance dos alunos e que existe um fosso significativo entre rapazes e raparigas referente à sua atitude perante a matemática na sua generalidade. Percebeu-se que há uma forte relação entre os conhecimentos matemáticos e a literacia financeira. Austrália, República Checa, Estónia, Bélgica (a comunidade flamenga) e Nova Zelândia apresentaram bons resultados neste âmbito, em contraste com França, Itália e Eslovénia cujos resultados situaram-se abaixo da média dos países da OCDE. Alguns países optaram por incluir temas de literacia financeira nos seus programas escolares como medida para melhorar os níveis de literacia financeira entre os jovens e na expectativa de que, quem domina conceitos matemáticos, conseguirá facilmente aplicá-los num contexto financeiro. Tendo em conta que foi a primeira vez que se testaram conhecimentos financeiros, o PISA 2012 não conseguiu concluir se as estratégias acima referidas surtiram os efeitos pretendidos. Os resultados do PISA 2015 poderão ajudar a obter dados mais conclusivos sobre este assunto.

Observou-se que há uma relação positiva entre literacia financeira e ter uma conta bancária, uma vez que aqueles que a têm, mostraram ter maior cultura financeira e, ao mesmo tempo, maior

interesse em usar produtos financeiros. Apesar de não haver estudos conclusivos, acredita-se que pode fazer diferença os pais abrirem contas bancárias para os seus filhos e ensinarem-lhes a usá-las. O estudo concluiu ainda que as políticas de promoção de literacia financeira deverão chegar a todos os estudantes e em especial àqueles que possuem um nível sócio-económico mais baixo, imigrantes com língua-mãe diferente da de residência e outros jovens de classes sociais desfavorecidas. Acredita-se que estas medidas poderão ajudar a inclusão social e económica nesta geração e nas próximas.

2.3 World Bank Development Research Group

Os resultados de um inquérito feito à escala mundial (em 2014) a mais de 150.000 adultos em cerca de 140 países, pelo *World Bank Development Research Group* e pela *The George Washington University School of Business*, concluíram que apenas uma em cada três pessoas entende os conceitos básicos sobre finanças. Este estudo traçou o perfil de um adulto com um nível de literacia financeira superior à média e definiu que se trata de um indivíduo com algum poder económico, habilitações académicas superiores e que utiliza regularmente serviços financeiros.

Por outro lado, de acordo com este estudo, o perfil duma pessoa que possui baixo nível de literacia financeira é do sexo feminino, com poucos rendimentos financeiros, pouca educação e é para este grupo populacional que os programas governamentais deverão ser concebidos para que se possa aumentar a inclusão financeira.

O objecto de análise deste estudo passou por aferir o conhecimento de conceitos básicos e fundamentais que ajudam na tomada de decisões financeiras, a saber: conhecimentos sobre taxas de juros, juro composto, inflação e diversificação de investimentos. Concluiu-se que os adultos que utilizam serviços financeiros são indivíduos que possuem cultura financeira superior, independentemente do nível dos seus rendimentos. Os serviços acima referidos podem ser simplesmente uma conta bancária ou um cartão de crédito. Possuir ou utilizar este tipo de serviços obriga as pessoas a aprofundarem as suas capacidades no campo das finanças e, deste modo, a aumentar o seu nível de literacia financeira. Podemos concluir assim que a cultura financeira e a utilização destes serviços andam de mão dada, podendo esta ser uma estratégia para fazer aumentar o nível de literacia financeira entre a população. Estima-se que, ao redor do mundo, apenas 35% dos homens são financeiramente “literados”, contra 30% de pessoas do sexo

feminino. Esta diferença acontece tanto ao nível das economias desenvolvidas, como nos países emergentes. Verificou-se ainda que o nível de literacia financeira vai diminuindo à medida que a idade aumenta e que, nas economias desenvolvidas, o maior nível de literacia financeira encontra-se em escalões etários entre os 36 e 50 anos, diferente das economias emergentes em que se posiciona entre os 15 e 35 anos. Portugal é destacado neste relatório uma vez que se verifica que 38% de jovens adultos com menos de 35 anos possuem um bom nível de literacia financeira, contra 20% de adultos entre os 51 e 65 anos.

Os países em que cerca de 65% dos adultos demonstraram ter um nível de literacia financeira superior foram: Austrália, Canadá, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Israel, Holanda, Noruega, Suécia e Reino Unido, contrastando com os países do Sul da Ásia onde os resultados foram os mais baixos. Analisando apenas a Europa, Portugal colocou-se no intervalo entre 25 a 34% de adultos financeiramente “literados”, partilhando essa posição com a Bulgária.

Conseguiu concluir-se que as pessoas conseguem compreender melhor os conceitos financeiros quando são confrontados com eles no seu dia-a-dia, como é o caso da inflação. Verificaram-se bons resultados de conhecimentos nesta área em países que tiveram de enfrentar situações de hiperinflação como a Argentina, Geórgia, Bósnia e Peru.

Face aos resultados do estudo, o relatório sugere que os governos deverão criar legislação adequada que proteja os cidadãos de abusos financeiros. Peritos do Banco Mundial sugerem que os programas dos governos deverão focar-se em determinados comportamentos e grupos populacionais com o objectivo de ajudar as pessoas a tomarem melhores decisões financeiras.

2.4 Os últimos estudos sobre literacia financeira em Portugal

Num estudo feito pela CMVM em 2006, a 15.149 famílias, o investidor particular português é homem, possui entre 45 e 64 anos, auferir até 2.000 Eur/mês, tem pelo menos o 12º ano de escolaridade e reside na grande Lisboa ou no grande Porto. Este estudo refere que 30% dos entrevistados não tem mais do 4º ano de escolaridade e que 51% dos portugueses aplicam as suas poupanças em activos financeiros.

2.4.1 Banco de Portugal

Em 2010 o Banco de Portugal publicou um importante relatório com os resultados de um inquérito à população portuguesa acerca da Literacia Financeira. Este inquérito, com 94 perguntas de escolha múltipla, foi estruturado a fim de dar resposta aos seguintes objectivos: Avaliação do grau de inclusão financeira; Caracterização dos hábitos de gestão da conta bancária; Avaliação da capacidade de planeamento de despesas e poupança; Caracterização dos produtos financeiros detidos pelas famílias e do processo de escolha dos principais produtos bancários; Conhecimento das fontes de informação e das formas de obter ajuda e Avaliação da compreensão financeira. Foram realizadas 2000 entrevistas porta-a-porta, com uma duração média de 45 minutos.

De uma forma geral, o relatório diz que os resultados são positivos, apesar dos comportamentos e atitudes não serem coincidentes com os seus conceitos teóricos. Um exemplo disso é a pouca importância dada ao planeamento do orçamento familiar, à poupança a longo prazo e ao aforro numa perspectiva de reforma. Apenas 52% admitem fazer poupanças, somente 56% destes afirmam fazê-lo com regularidade e apenas 6% com o objectivo da reforma.

No que diz respeito ao tema da inclusão financeira, o relatório conclui que uma boa parte da população utiliza o sistema bancário, possui uma conta bancária e utiliza diversos meios electrónicos de pagamento. O relatório indica que apenas 9% dos inquiridos com mais de 18 anos, afirmam não ter conta bancária e dos que afirmam não ter, 70% não têm qualquer grau de instrução ou têm apenas a instrução primária. Acresce referir que 71% dos entrevistados afirma não conhecer a conta de Serviços Mínimos Bancários.³

Os resultados deste inquérito revelam ainda que 83% dos inquiridos analisa a informação pré-contratual facultada pelas instituições financeiras e apenas 8% destes usam-na para comparar com outras opções de investimento. 54% confia no seu Banco/gestor no que diz respeito ao aconselhamento de produtos bancários, face aos 25% que optam por usar o conselho dos familiares ou amigos.

³ Trata-se de um serviço que inclui uma conta bancária e alguns serviços de pagamento, cujo objectivo é promover o seu acesso com custos reduzidos, para que possa ser acessível a segmentos de população com menos recursos.

No tema da compreensão financeira, 57% responderam acertadamente às questões de taxa de juro e de inflação, contra os apenas 9% que acertaram a questão relacionada com a Euribor.

O relatório conseguiu criar um Índice de Literacia Financeira (ILF) Global, mediante a selecção de 57 questões consideradas relevantes e classificando as respostas às questões numa escala compreendida entre 2 (pontuação máxima) e -2 (pontuação mínima). Foi apurado o índice de cada entrevistado, chegando à conclusão que o menor resultado foi de -1,18 e o maior de 1,29. Tendo em conta que as questões respondidas foram diferentes pelos entrevistados e que os índices individuais não se encontravam na mesma escala, optou-se por transformar para uma escala de 0 a 100. Deste modo o mínimo observado passou para 9,3 e o máximo de 88,7, sendo a média de 58 e a mediana 60,3.

O relatório também concluiu que existem níveis de literacia financeira muito diferentes, consoante os diferentes grupos populacionais. Pessoas idosas e/ou com baixo grau de escolaridade, jovens e desempregados são grupos que demonstram ter um baixo nível de literacia financeira.

Foi encontrada ainda uma relação entre a escolaridade, o escalão de rendimento e o nível de literacia financeira dos inquiridos, uma vez que licenciados, com rendimentos mensais superiores a 1000 euros e com cartão de crédito, apresentaram resultados com índices iguais ou superiores à mediana do ILF Global.

2.4.2 Resultados de Portugal no inquérito internacional à literacia financeira (2015)

Em Abril de 2016, a INFE (*International Network on Financial Education*) da OCDE divulgou os resultados preliminares do mais recente inquérito à literacia financeira em 17 países europeus, realizado em 2015, do qual Portugal está incluído.

No que diz respeito a conhecimentos financeiros, o relatório afirma que 87% dos portugueses demonstram ter noção do que é a inflação e que 73% compreende que a diversificação da carteira de acções contribui para a redução do risco. Estes valores contrastam com a média de 79% e 63%, respectivamente, nos países europeus abrangidos por este estudo. 82% dos entrevistados soube identificar a relação entre remuneração e risco, apenas 30% conseguiu identificar o

conceito de juros compostos, sendo que 61% conseguiu calcular com sucesso uma questão de juro simples.

O relatório destaca ainda que Portugal está acima da média dos países europeus em análise, em questões relacionadas com comportamentos financeiros. Deste modo conclui que 72% dos entrevistados afirmam fazer orçamento familiar, 82% analisam algum tipo de informação antes de contratarem um produto financeiro e 79% dizem controlar de forma sistemática as suas finanças pessoais. Destaca ainda que 81% pagam atempadamente as suas contas e que 84% não recorrem a nenhum tipo de crédito para fazer face às suas despesas do dia-a-dia.

Por fim, o relatório conclui que apenas 37% dos inquiridos são proactivos na aplicação das suas poupanças, apenas 6% recorre a informação independente para tomar decisões de investimento e que 35% afirma não ter tido rendimento suficiente para cobrir o custo de vida nos últimos 12 meses, ou seja não consegue gerar poupança⁴.

⁴ A razão para esta situação pode resumir-se à fraca capacidade de gestão do rendimento, decorrente da incapacidade de julgar os benefícios futuros face aos benefícios presentes, associados ao consumo. Esta dicotomia também é conhecida por “escolhas intemporais”.

3. Medidas de promoção da literacia financeira

Face à crescente necessidade identificada nos países em desenvolvimento, e também nos desenvolvidos, muitos estabeleceram planos nacionais para combater a falta de cultura financeira.

3.1 Relatório da OCDE

A OCDE (2012) fez um ponto de situação destes planos e identificou alguns dos desafios que os governos enfrentaram na implementação destas estratégias, tais como: a falta de recursos, a identificação de uma instituição que lidere o plano, juntar as partes interessadas com um objectivo em comum e passar à fase operacional de uma forma eficiente.

As experiências analisadas no relatório da OCDE dão uma visão geral da situação dos países em 2011/12 e apresenta algumas ideias para que sejam resolvidas as questões acima referidas. A OCDE sugeriu aos países que queiram definir uma estratégia nacional de educação financeira algumas medidas que:

- Reconheçam a importância da literacia financeira e defina o seu significado e objectivo, a um nível nacional, de acordo com as necessidades e lacunas verificadas;
- Envolvam a cooperação de diferentes entidades, com a identificação daquela que lidere o plano;
- Estabeleçam um guia para atingir objectivos específicos e determinados, num determinado período de tempo;
- Providenciem orientações para que sejam aplicadas em programas individuais, de modo a contribuir de uma forma eficiente e apropriada para o plano nacional.

Em 2012 cerca de 21 países da OCDE estavam a definir ou a considerar implementar um plano nacional de educação financeira, enquanto que 15 países já tinham implementado o seu plano, Portugal incluído, assim como a Austrália, o Brasil, a Índia, entre muitos outros. Com a implementação destes planos ou, pelo menos, com a sua definição, alguns países já conseguiram atingir algumas metas:

- Aumento da colaboração de diferentes entidades, públicas e privadas;

- Partilha de informação e *expertise* que leva ao aumento do número de fontes e do nível de conhecimento sobre o tema;
- Reformas legais e regulatórias ao nível da protecção dos consumidores nos mercados financeiros
- Criação de infra-estruturas formais e institucionais com o objectivo de servir, proteger e promover a educação financeira junto dos consumidores.

Uma das formas de se desenhar um plano nacional de educação financeira é através de um inquérito de âmbito nacional. Estes inquéritos costumam permitir aferir conhecimentos, atitudes e comportamentos dos consumidores, ajudam a definir prioridades e a identificar a necessidade de se incluir outras entidades ou autoridades na elaboração do plano. Podem ainda revelar hábitos financeiros da população em matéria de produtos financeiros, crédito, poupança e investimento, reforma, permitindo assim que as entidades possam preparar educação financeira adequada, com os respectivos recursos necessários. Pode-se ainda segmentar a população e identificar quais os grupos mais vulneráveis e que mais necessitam deste tipo de formação.

Outra forma que pode ajudar os países a definir o seu plano de formação são as reclamações dos consumidores. Muitas das vezes as entidades escolhidas para fazer esse plano são órgãos de supervisão dos mercados financeiros e de protecção dos consumidores que já possuem importante informação sobre as necessidades da sua população. Reclamações e pedidos de informação podem ajudar a entender as atitudes de consumo na sequência da interacção com instituições financeiras privadas e distribuidores de produtos financeiros. Portugal tem usado esta metodologia para informar os consumidores dos seus direitos e obrigações.

Um documento oficial de estratégia nacional para promoção da literacia financeira deve espelhar a visão por detrás dessa mesma estratégia, indicando os seus objectivos, a forma como os atingir e quais os princípios orientadores. Existem duas formas de poder fazer isto: focar-se em objectivos operacionais ou promover políticas para determinadas áreas ou para determinados grupos ou segmentos da população. Por exemplo, Austrália focou-se nos seguintes princípios: inclusão, compromisso, diversidade, conhecimento, melhoria de resultados, parcerias e mensuração desses resultados. Na República Checa a estratégia nacional deu prioridade à prevenção do endividamento, à participação activa e responsável nos mercados financeiros e à

importância de garantir uma reforma para os seus cidadãos. No Canadá as prioridades definidas foram: a responsabilidade partilhada, liderança e colaboração, aprendizagem ao longo da vida, entrega e promoção e responsabilidade. Por seu turno, Portugal optou por ter em conta 5 necessidades específicas da sua população, a saber: aumento do nível de cultura financeira e dos seus comportamentos, apoiar a inclusão financeira, desenvolver hábitos de poupança, promover o uso responsável do cartão de crédito e criar hábitos de precaução.

Em Novembro de 2015, a OCDE fez uma actualização das estratégias implementadas pelos diversos países (até Junho de 2015) que fazem parte desta organização e concluiu que 64 países já estavam empenhados numa das seguintes fases:

- Revisão do seu plano de educação financeira
- Implementação do seu primeiro plano
- Concepção para implementar um plano
- Delinear um plano de formação financeira

Este é um desenvolvimento muito importante, pois, em cerca de 3 anos, o número de países dedicado a este assunto triplicou, na sequência da importância que este tema tem assumido nos últimos tempos.

3.1.1 Reino Unido

A propósito da revisão dos seus planos de educação financeira, o Reino Unido é destacado neste último relatório na sequência da criação do MAS (Money Advice Service). Se por um lado o MAS redefiniu o conceito de literacia financeira e passou a considerar o bem-estar financeiro como uma consequência dos comportamentos financeiros baseados em circunstâncias pessoais e no nível de literacia financeira, por outro, esta medida permitiu criar o acesso a serviços financeiros, a fim de perceber a forma como os consumidores lidam com eles. Esta estratégia conseguiu ainda dividir a população em 5 estágios diferentes de bem-estar financeiro: Seguros, Resilientes, “À justa”, “Lutando continuamente” e “Sem conseguir manter-se”. A definição destes estágios tem permitido ao Reino Unido desenhar diferentes estratégias de comunicação para diferentes grupos e isto tem ajudado que o objectivo dessa comunicação seja mais eficaz.

3.1.2 Estados Unidos da América

À semelhança do Reino Unido, os EUA também estão na fase da revisão do seu plano de formação financeira. A conclusão dos últimos questionários efectuados sobre o tema também nos conduz à definição do bem-estar financeiro, que passa por:

- ter controlo das despesas do dia-a-dia/mês
- ter a capacidade de aguentar “choques financeiros”
- poder alcançar determinados objectivos financeiros pessoais
- poder ter a liberdade financeira para fazer escolhas para poder aproveitar a vida.

Uma vez que os comportamentos, atitudes e hábitos na juventude influenciam fortemente o bem-estar financeiro na idade adulta, os EUA estão fortemente focados em desenhar um novo plano estratégico que abranja este segmento da população, com especial enfoque na revisão dos planos curriculares, de forma a incluir matérias sobre esta temática.

3.1.3 Austrália

Outro país que se encontra muito bem posicionado em termos de literacia financeira, a Austrália, implementou um novo plano estratégico após uma vasta consulta à comunidade, às entidades governamentais e outras não-governamentais. Depois de recolherem informação sobre os recursos disponíveis e as necessidades existentes, apresentaram em Agosto de 2014 um novo plano que tem como base as seguintes prioridades:

- Educar a próxima geração, em especial através do sistema de educação nacional
- Promover o uso livre da informação imparcial, recursos e ferramentas disponíveis
- Assegurar a qualidade no apoio e suporte aos consumidores
- Fortalecer a coordenação das entidades envolvidas e reforçar as parcerias

Enquanto as três primeiras prioridades dizem respeito às pessoas, famílias e comunidades, as duas últimas dependem das organizações envolvidas no desenvolvimento da literacia financeira, das suas políticas e dos programas a ela associados. Trata-se de um plano de três anos (2014-2017), que tem como objectivo ser flexível e capaz de responder a alterações exógenas ou de

mercado, que justifiquem que actuais ou novas entidades possam contribuir de diferentes formas para o plano estratégico com o intuito de promover a igualdade de esforços entre pequenas e grandes organizações.

3.1.4 Nova Zelândia

A Nova Zelândia criou um novo plano de acção em 2015 através da sua “Comissão para a Capacidade Financeira”. Com esse plano pretende-se que:

- mais pessoas poupem e invistam a curto, médio e longo prazo
- mais pessoas contribuam para o Kiwisaver (esquema nacional de poupança a longo-prazo)
- mais pessoas poupem e invistam em diversos tipos de activos.

O plano de 2015 tem objectivos concretos a atingir em 10 anos. Assim em 2025, esperam ter 90% da população a poupar ou investir a curto, médio ou longo-prazo. Para este objectivo decidiram lançar campanhas de poupança. Por outro lado, pretendem lançar programas de educação para o investimento, com o objectivo de 80% dos investidores poderem investir em obrigações, acções e fundos de investimento. Possuem ainda o ambicioso objectivo de 100% dos actuais e potenciais investidores compreenderem os princípios-chave do investimento. Para este objectivo pretendem lançar programas de educação financeira nas empresas onde trabalham. O seu plano prevê atingir outros objectivos, usando uma série de acções para os atingir. Este parece ser o caminho correcto a seguir, pois se o objectivo for quantificado, mais fácil será medir a sua concretização.

3.1.5 Financiamento da literacia financeira

O financiamento das estratégias de promoção da literacia financeira é um tema igualmente importante. Sabemos que se tem recorrido a financiamento essencialmente público, mas também privado. Os gastos nesta matéria variam entre 1 milhão e 18 milhões de Euros, consoante a dimensão do país e a importância que os governos dão a esta questão. Em Espanha o orçamento previsto para a implementação da sua estratégia ronda os 2 milhões de euros, 3,5 milhões no Canadá, 8 milhões em Israel e 18 milhões de euros para a Federação Russa. Os Estados Unidos

da América têm conseguido financiar dois terços do seu programa com recurso a entidades privadas para um orçamento total de 670 milhões de dólares americanos. Tem havido um esforço grande dos países para envolverem cada vez mais entidades privadas a colaborar nas estratégias de promoção da literacia financeira. Entidades com responsabilidades nos mercados financeiros são convidadas a participar nos programas, criando orçamento nos seus planos de marketing, para incluir diversas acções que possam contribuir para uma melhor educação financeira dos seus clientes-alvo, uma vez que isso trará benefícios para todos, de uma forma transversal. Um bom exemplo disto são os EUA que gastam 17 mil milhões de USD em campanhas de comunicação relacionadas com produtos financeiros.

4. Enquadramento de Portugal no contexto da literatura financeira

Tal como já referido, em Portugal criou-se o Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF). Tratou-se de um plano criado pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (Banco de Portugal, CMVM e Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões) entre 2011-2015 e que teve como objectivo aumentar o nível de literacia financeira da população portuguesa através de diversas iniciativas de âmbito nacional, coordenando projectos de várias entidades. Neles foram identificadas as necessidades e definidos objectivos com propósito de estabelecer medidas de âmbito nacional para combater a iliteracia financeira. Foram apresentadas linhas orientadoras e de actuação para a promoção da formação financeira, definidos grupos-alvo e formas de alcançar esses objectivos, sendo estipulado um prazo para fazer a respectiva avaliação deste plano. As actividades mais recentes deste plano passaram por:

- Implementar acções de formação financeira a docentes das regiões Norte e Centro
- Preparar materiais didáctico-pedagógicos para apoiar professores e alunos nos temas de formação financeira
- Promover acções de formação para o público em geral abordando os temas: contas de depósito, meios de pagamentos, produtos de poupança e investimento, crédito e seguros.
- Lançar a 3ª edição do concurso “Todos Contam” que visa premiar os melhores projectos de formação financeira a implementar nas escolas em cada ano lectivo
- Investir em formações de âmbito financeiro no apoio ao empreendedorismo
- Participar na *Global Money Week*, onde estudantes de Lisboa e Porto participaram em jogos e debates sobre questões financeiras.

O PNFF incluiu ainda o desenvolvimento de uma plataforma acessível em ww.todoscontam.pt, onde são publicadas notícias, *newsletters* e eventos, que divulgam os principais projectos de formação financeira dinamizados pelas entidades envolvidas no Plano.

O Dia da Formação Financeira foi outra iniciativa anual do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros e dos parceiros do PNFF que tem como objectivo sensibilizar a população para a

importância destes temas. Em 2015 as comemorações deste dia decorreram em Faro, depois de já se terem realizado edições em Lisboa, Porto e Évora.

Este plano foi reconhecido em 2014 com um Prémio País para a Europa da organização *Child and Youth Finance International (CYFI)* em que se premiou o trabalho desenvolvido pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF) e pelo Ministério da Educação e da Ciência no âmbito da formação financeira nas escolas.⁵

Para além deste plano nacional, diversas instituições têm feito algumas acções a fim de dotar os seus clientes de mais e melhores ferramentas, com o objectivo de os ajudar a tomar melhores decisões financeiras e, conseqüentemente, poderem alcançar uma melhor qualidade de vida.

Em Julho de 2016, o CNSF apresentou o Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF) 2016-2020, que define as novas linhas de orientação, para dar continuidade à estratégia definida do anterior plano (2011-2015), assegurando o compromisso no campo da formação financeira para os próximos anos. Neste plano foi definido como uma das prioridades promover a educação financeira nas escolas. Os professores irão ter formação específica e serão editados “Cadernos de Educação Financeira”, com o apoio de associações do sector financeiro. O IAPMEI, o Turismo de Portugal e a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) irão dinamizar acções de formação dirigidas a empreendedores, empresários e gestores de empresas, na sequência da parceria firmada entre estes e os supervisores, tendo em conta que outra das prioridades deste plano será promover a formação financeira entre todo o tecido empresarial português.

Estudantes do ensino superior serão outro alvo do PNFF 2016-2020. Prevê-se realizar parcerias com universidades com o objectivo de dinamizar conferências e seminários sobre temas de finanças pessoais para estudantes do ensino superior. Esta abordagem será também utilizada na formação financeira dirigida a trabalhadores, através da promoção de parcerias com as associações empresariais. O Plano prevê ainda reforçar as iniciativas dirigidas a segmentos da população mais vulneráveis, como por exemplo os migrantes, beneficiando da colaboração, entre outros parceiros, o Alto Comissariado para as Migrações (ACM). O Plano tem previsto reforçar

⁵ O Brasil ganhou o prémio para o continente americano, África do Sul para África, Singapura para Ásia e Arábia Saudita para África do Norte e Médio Oriente.

os conteúdos de formação financeira nos meios digitais já disponibilizados, designadamente o portal “Todos Contam” e a sua plataforma de *e-learning*.

4.1 Caixa Geral de Depósitos

A Caixa Geral de Depósitos possui um *site* na internet conhecido por “Saldo Positivo” onde são encontradas informações importantes sobre como gerir o dinheiro, poupar, questões diversas sobre crédito, trabalho, como investir e ainda algumas ferramentas que permitem simular a reforma, segurança social, taxas de juros de depósitos a prazo, entre outras. Possui ainda uma área para empresas que permite os visitantes ficarem a par de temas relacionados com o mundo dos negócios, tais como: financiamento, *franchising*, impostos, *marketing*, recursos humanos, exportação, internacionalização, entre muitos outros. A CGD tem alimentado esta fonte de informação numa base regular a fim de manter os seus leitores informados sobre os temas acima referidos, desempenhando assim um importante papel ao contribuir para uma sociedade mais informada e mais capaz de tomar de decisões acertadas, como já se referiu anteriormente.

Esta instituição possui ainda uma parceria com a *Junior Achievement Portugal (JAP)*, que visa divulgar e promover conceitos relacionados com literacia financeira e empreendedorismo, através do voluntariado corporativo, pela participação dos seus colaboradores em diversos programas. Alunos do ensino básico e secundário são convidados a passar um dia no Banco, a fim de se inteirarem das tarefas e funções desse colaborador.

Dirigido ainda para o segmento mais jovem (entre os 3 e 15 anos), a CGD participa como patrocinador do parque temático conhecido por KidZania. Neste espaço as crianças utilizam a moeda oficial (kidZos) para poderem adquirir diversos produtos e serviços, como por exemplo: supermercado, cabeleireiro ou até mesmo alugar um carro. Para obter estes *kidzos* as crianças têm que desempenhar algumas funções profissionais, em réplicas de estabelecimentos, e exercer umas das 60 profissões disponíveis semelhantes às existentes nas cidades. Aeroporto, fábricas, lojas comerciais, quartel de bombeiros, esquadra de polícia e estúdio de tv, são alguns dos espaços existentes. A ideia é sensibilizar as crianças a crescer com valores e regras de cidadania, ajudando-as a viver de forma saudável em sociedade e incentivando-as à necessidade da poupança. Neste espaço as crianças gerem o seu próprio dinheiro e podem depositá-lo na agência da CGD criada para este efeito ou levantá-lo numa ATM. Acredita-se que desta forma se possa

estar a encaminhar estes jovens a terem noções e princípios básicos de poupança, consumo e gestão do orçamento.

4.2 Cetelem

Outra entidade que em Portugal tem desenvolvido acções a fim de promover a literacia financeira é a Cetelem. Desde 2011 esta instituição tem feito sessões de formação financeira em escolas secundárias dos distritos de Lisboa e Porto, abordando temas como hábitos de poupança, gestão orçamental, crédito responsável e prevenção do endividamento. Para além destas sessões, esta instituição tem feito questionários a fim de aferir o nível de literacia financeira dos jovens que frequentam o ensino secundário. Esta iniciativa é promovida em Portugal com o patrocínio da casa-mãe (empresa multinacional francesa do grupo BNP Paribas), uma vez que o Director Geral da empresa, Serge le Bolés, acredita que “os jovens de hoje serão amanhã consumidores informados e conscientes”.

Em Fevereiro de 2016, a Cetelem (Portugal), juntamente com o jornal “O Observador,” patrocinou um estudo para aferir a evolução da população portuguesa no último ano, no que diz respeito a temas de âmbito financeiro. As conclusões não foram animadoras, uma vez que os resultados pioraram face a 2015. Em resumo, apenas 41% dos portugueses conhece com exactidão os seus rendimentos e 25% as suas despesas mensais. Cerca de 58% já sentiu dificuldades no pagamento de despesas mensais fixas e 60% admite que não tem capacidade para suportar uma despesa inesperada. Pouco mais de 30% têm o hábito de poupar e apenas 13% preparam a sua reforma. 45% considera que a formação financeira é importante e que os temas a abordar deverão passar pela gestão orçamental e produtos financeiros, ministrados por Escolas, Instituições Financeiras e Banco de Portugal.

4.3 Banco de Investimento Global

O Banco de Investimento Global (BiG) afirma pautar-se “por uma política de transmissão de conhecimento para os clientes e diversos *stakeholders*, de modo que as decisões efectuadas, tendo em vista a alocação do seu património financeiro, sejam feitas de forma cuidada e consciente, sempre em posse do máximo de informação relevante.” Desde 2008 esta instituição já realizou 22 edições dos seus *roadshows*, onde mais de 9000 participantes assistiram às 160 sessões realizadas

por todo o país, onde foram apresentados e discutidos variados temas financeiros, apoiados por especialistas que puderem dar a sua visão, opinião e contributo. Para além destas sessões, o BiG tem lançado desde 2005 diversas publicações dirigidas a públicos específicos, desde adultos até crianças, passando pelos jovens adolescentes. Estas publicações têm permitido aos seus leitores aumentar os seus conhecimentos sobre como poupar, investir, bem como facultar acesso a simuladores de finanças pessoais e *check-ups* financeiros.

Em 2005 lançaram o “Kit do Investidor” onde se transmite conhecimentos concretos sobre como investir o dinheiro, conforme objectivos, características pessoais e tolerância ao risco de cada investidor.

Em 2006 foi lançado o “Kit das Finanças Pessoais” para ajudar as pessoas a reflectir sobre o papel do dinheiro nas suas vidas e para transmitir princípios fundamentais para uma melhor gestão financeira, através do acesso a informação sobre as diversas opções de poupança, financiamento e investimento disponíveis, apresentando as respectivas vantagens e desvantagens. O “Kit da Poupança” (2006) foi criado a pensar nas pessoas que necessitam de ajuda na tomada de importantes decisões financeiras. Nele podem ser encontradas importantes informações que ajudam as pessoas a planear e estruturar as suas poupanças e de como aceder às diferentes alternativas no mercado.

Em 2008, e a pensar no público mais jovem, foram lançados os manuais “Kit Criança First Money” e o “Kit Jovem My Money”, com o objectivo de ensinar a este segmento o valor do dinheiro e como podem começar a poupar. Em 2015 o BiG implementou na *Nova School of Business and Economics* e na Universidade do Algarve um projecto que pretende levar aos jovens universitários um incremento de conhecimentos financeiros através de debates sobre a temática investimento e poupança. Sendo um banco conhecido por ter uma estratégia muito baseada no mundo digital, esta instituição lançou ainda seminários *online*, conhecidos por *webinars*, abordando temas como: Acompanhamento de mercados, Academia, Análises macroeconómicas e de mercados e Produtos.

4.4 Banco Carregosa

O Banco Carregosa associou-se ao Jornal de Negócios e ao ISCTE, enquanto parceiro universitário, a fim de promover a literacia financeira sobre os mercados financeiros através de um conhecido jogo chamado “O Jogo da Bolsa”. Neste jogo, pelo qual já passaram cerca de 30.000 participantes, os jogadores são desafiados a gerir 100.000 Euros virtuais em ambiente real através das plataformas *GoBulling* do Banco Carregosa. O jogo estende-se por quatro semanas, em que os concorrentes colocam em prática a sua *expertise* em negociar activos financeiros. Este jogo tem sido nomeado e premiado pela NYSE EURONEXT Lisbon, tendo ganho em 2014 a categoria “*Best Capital Market Promotion Event – Dedicated to Retail Investors*”. A *Gobulling* do Banco Carregosa associou-se em 2005 ao Jogo da Bolsa, dando-lhe um carácter mais realista e profissional, tendo como objectivo atrair jovens universitários para que possam ganhar o gosto pela poupança, pelo investimento e pela gestão. O Banco acredita que Portugal ganha com a criação de uma rede de potenciais investidores que ainda não tiveram a oportunidade de utilizar a bolsa como solução de investimento, ou que nunca o fariam se tivessem que investir o próprio dinheiro.

4.5 Banco Português de Investimento

O BPI, por seu turno, tem promovido acções pedagógicas sobre temas financeiros desde 2010, envolvendo cerca de 27.000 participantes, sob o tema “A Importância de Poupar”. Em 2013 editou uma publicação intitulada “Tu e o Dinheiro”, dirigido a crianças e jovens, redigido numa linguagem acessível ao público-alvo e transmitindo conceitos essenciais ligados ao dinheiro.

4.6 Crédito Agrícola

O Crédito Agrícola (CA) tem apostado nas camadas mais jovens e menos favorecidas, do 1º ciclo de escolaridade até ao secundário. Em 2014 esta instituição lançou um projecto de formação escolar, junto da rede de escolas apoiadas pela Associação de Empresários para a Inclusão Social (Associação EPIS), tendo iniciado o piloto nas escolas do concelho da Amadora, com a perspectiva de o alargarem a todas as escolas de intervenção da EPIS, distribuídas pelos vários concelhos do país. O CA tem utilizado também a sua rede de agências para desenvolver acções de formação de literacia financeira, ministradas por colaboradores do Banco, devidamente certificados e preparados para poder apresentar essas sessões. O objectivo desta instituição tem sido motivar e dotar este segmento de população mais jovem a obter conhecimentos financeiros

básicos e competências essenciais que lhes permitam realizar escolhas financeiras adequadas e conscientes no futuro.

4.7 Millennium bcp

O Millennium bcp tem apostado na dinamização do seu *site* institucional como uma das medidas de promoção da literacia financeira, no âmbito da sua Responsabilidade Social Corporativa e da sua estratégia de sustentabilidade. O Banco assumiu um compromisso de desenvolver acções de forma continuada para aumentar os conhecimentos financeiros. “Centro de Poupanças”, “Gestor de Finanças” e “Kit de Despesas Imprevistas” são 3 áreas que ajudam os visitantes do www.millenniumbcp.pt a gerir o seu orçamento. Este *site* possui também alguns vídeos que ajudam, ensinam e incentivam os visitantes a poupar. O Banco incluiu, em 2015, no *welcome pack* dos clientes prestige uma publicação com o tema “Conhecer para Investir”, que explica os conceitos relacionados com os diversos produtos de investimento. Através do banco do seu grupo, o ActivoBank, editou dois livros⁶ dirigidos aos jovens e aos seus pais, com o objectivo de servirem como guias para a educação financeira. Lançou ainda uma aplicação de *live streaming* no *facebook*, que apresenta vídeos que abordam temas relacionados com a prestação de serviços financeiros. É ainda parceiro do JAP (*Junior Achievement Portugal*), disponibilizando os seus colaboradores para apoiarem os jovens no desenvolvimento de programas de empreendedorismo, gosto pelo risco, criatividade e inovação. A sua intervenção tem ido além-fronteiras, onde o Banco está presente, em Moçambique, Angola e Polónia, com iniciativas semelhantes e que tem ajudado aquelas comunidades a terem uma maior consciência de educação financeira.

4.8 Deutsche Bank

O Deutsche Bank (DB) em Portugal, bem como a nível mundial, também tem desempenhado o seu papel em habilitar os seus clientes (e potenciais clientes) de melhores conhecimentos financeiros através de artigos que abordam conteúdos que permitam a qualquer pessoa ter uma ideia daquilo que se trata. Basicamente a intenção é simplificar conteúdos complexos, utilizando vídeos animados e artigos a acompanhar.

⁶ “Como ensinar os meus filhos a poupar” e “O meu primeiro livro de finanças pessoais”

Desde Novembro de 2015 o DB lançou:

- Uma aplicação para dispositivos móveis que ajuda as famílias a gerirem o seu orçamento para a compra dos presentes de natal
- Artigos e vídeos sobre:
 - segurança online
 - as vantagens em diversificar fundos de investimento
 - a diversificação de carteiras de investimento.

Esta instituição financeira tem ainda previsto lançar um canal no YouTube com vídeos pedagógicos sobre literacia financeira que ajudem as pessoas no seu dia-a-dia.

4.9 Novo Banco

O Novo Banco tem apoiado, nos últimos anos, as Olimpíadas Portuguesas de Matemática (OPM), que visam incentivar e desenvolver o gosto pela Matemática. Dirigido aos estudantes dos 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, esta iniciativa contou com a presença de 75.000 alunos de todo o país e regiões autónomas na sua XXXIV edição, sob a responsabilidade da organização da Sociedade Portuguesa de Matemática. Os resultados desta iniciativa têm sido interessantes, pois a nível internacional já foram conquistadas 12 medalhas de ouro, 23 de prata e 38 de bronze, desde 2005/2006.

4.10 Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios

A Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP) celebrou em 2014 um protocolo com o Conselho Nacional de Supervisores e com o Ministério de Educação e Ciência que visa a preparação de materiais didáctico-pedagógicos de apoio ao “Referencial de Educação Financeira”. Trata-se de um “documento orientador para a implementação da Educação Financeira em contexto educativo e formativo” (Dias, Oliveira, Pereira, Abreu, Alves, Basto, Silva e Narciso, 2013). Este trabalho culminou em 2015, no lançamento do primeiro caderno de educação financeira para o 1º ciclo do ensino básico durante as comemorações do Dia da Formação Financeira. Esta Associação definiu o compromisso em

prestar o seu contributo para o reforço do nível de conhecimentos financeiros da população portuguesa e da importância estratégica atribuída à integração da formação financeira nas escolas. Acreditam que esta educação deve iniciar o mais cedo possível, de modo a formar cidadãos financeiramente responsáveis e confiantes face a questões financeiras que se lhes colocam em todas as etapas da sua vida. Para além duma primeira sessão formativa em 2015 no Colégio Pedro Arrupe em Lisboa, esta Associação prevê abranger muitos estabelecimentos de ensino, a fim de cumprir com o seu compromisso, já acima referido. Para além desta frente, a APFIPP apresentou um conjunto de sugestões ao CNSF (Conselho Nacional de Supervisores Financeiros) e ao IPAMEI – Agência para a competitividade e inovação (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação) no âmbito da definição de um Referencial de Formação Financeira para Empreendedores, Empresários e Gestores das Micro, Pequenos e Médias Empresas, que visava apoiar os formadores credenciados na realização de acções de formação sobre a área financeira no contexto empresarial.

4.11 Direcção Geral de Educação

A Direcção Geral de Educação (DGE) tem sido o veículo utilizado pelo Ministério da Educação (ME) para implementar a Educação Financeira no meio escolar. O Referencial de Educação Financeira⁷, a formação de docentes e a criação de materiais didácticos têm sido alguns dos meios utilizados para atingir esse objectivo. Estas medidas têm sido criadas no âmbito do PNFF (Plano Nacional de Formação Financeira), que conta com a parceria do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF). As escolas têm sido incentivadas a promover experiências de aprendizagem de conteúdos financeiros. Os docentes dos diversos níveis de ensino têm sido motivados a incluir nas suas disciplinas conteúdos programáticos de forma a cobrir temas de âmbito financeiro. A DGE tem apoiado o concurso *Todos Contam*, cuja iniciativa é da responsabilidade do PNFF, mas que tem servido como oportunidade para a abordagem da Educação Financeira nas escolas. A DGE e o ME partilham da opinião da OCDE em que se

⁷ O Referencial de Educação Financeira foi elaborado pelo Ministério da Educação e Ciência, através da Direcção-Geral da Educação e da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, em parceria com o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros - Banco de Portugal, Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e Instituto de Seguros de Portugal - com o objectivo de promover a educação financeira de crianças, jovens e adultos em contexto escolar e formativo. Assume-se como um instrumento integrador e facilitador da educação financeira em contexto escolar, ao estabelecer o essencial para que os alunos adquiram conhecimentos, desenvolvam capacidades e comportamentos fundamentais para uma cidadania financeira.

acredita que a promoção da educação financeira junto de crianças e jovens em idade escolar é considerada muito relevante, como um dos meios mais eficientes para se chegar a uma geração informada e conhecedora de conteúdos económico-financeiros caracterizados pela sua complexidade e constante mudança.

4.12 Associação Portuguesa de Bancos

A APB celebrou uma parceria com a biblioteca dos Coruchéus, em Lisboa, onde têm sido apresentadas acções de aprendizagem não formal de Educação Financeira, por formadores de excelência com elevada experiência e conhecimento. Esta parceria surge na sequência da modernização de um conjunto de bibliotecas integrado no Programa Estratégico Bibliotecas XXI, programa que tem como visão a partilha da informação e conhecimento como peças fundamentais para as sociedades actuais. Estas acções têm decorrido de forma gratuita para o público em geral, mas alguns grupos profissionais têm demonstrado o seu interesse de uma forma constante. Têm sido abordados temas desde o sistema bancário, produtos bancários, passando pelo orçamento familiar, poupança e até crédito e endividamento.

4.13 Centro de Investigação em Comunicação e Educação

O CICE (Centro de Investigação em Comunicação e Educação) do Instituto Politécnico do Porto faz parte do consórcio, enquanto coordenador, com outras 7 entidades de 7 países diferentes da UE que tem o desafio de implementar em pleno o *eFinLit*. Este projecto pretende desenvolver as competências financeiras dos cidadãos da União Europeia através da aprendizagem *online* e da literacia digital, tendo iniciado em 2014 e previsto terminar em 2016. Pretende-se por em prática um projecto transnacional com um currículo digital com os seguintes módulos: literacia digital e acesso a informação financeira; matemática elementar; orçamento; poupança; endividamento e crédito e empréstimos. A ideia é abranger os jovens adultos (18-35) e dotá-los de competências de literacia financeira suficientes que lhes permita garantir o seu bem-estar financeiro e contribuir para a saúde económica da sociedade. Os objectos de aprendizagem dos módulos referidos estão a ser concluídos e a próxima fase será testá-los e validá-los. Esses materiais estarão disponíveis em www.efinlit.eu assim que concluídos, uma vez que nesta fase ainda estão em testes e respectivas validações.

5. Directiva dos Mercados e Instrumentos Financeiros e DMIF II

5.1 DMIF

A Directiva dos Mercados e Instrumentos Financeiros (DMIF) entrou em vigor em Portugal a 1 de Novembro de 2007, na sequência da transposição dos diplomas para a ordem jurídica portuguesa da DMIF (Directiva n.º 2004/39/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Abril, e Directiva n.º 2006/73/CE, da Comissão, de 10 de Agosto). Esta directiva, aplicada aos 27 países da União Europeia, tem como objectivo estabelecer regras que visam reforçar a protecção dos investidores, através da regulação, organização e funcionamento dos mercados de serviços de investimento na União Europeia e surgiu na sequência do aumento da complexidade dos produtos financeiros e do baixo nível de literacia financeira dos cidadãos europeus.

A DMIF, numa primeira fase, distingue os investidores profissionais, dos não profissionais e esta diferenciação tem de ser obrigatoriamente feita pelos agentes financeiros, havendo necessidade de comunicar por escrito o resultado desta classificação. Esta classificação é obtida mediante a aferição de conhecimentos e experiência, bem como da sua capacidade de avaliar riscos associados aos investimentos que pretendam realizar. Esta norma apresenta maior protecção aos investidores não profissionais (também conhecidos por investidores não qualificados), uma vez que a estes os intermediários financeiros têm que prestar mais informação e fazer um teste de adequação para poder definir o seu perfil de risco. Sempre que um cliente pretenda negociar um novo instrumento financeiro, o agente financeiro deverá realizar novo teste de adequação a fim de se conhecer a situação financeira do cliente, os seus conhecimentos e experiência no mercado de capitais e quais os seus objectivos de investimento. É dever do intermediário financeiro apresentar os serviços e produtos financeiros que se adequam ao perfil do cliente.

O teste de adequação e de conhecimento e experiência acima referidos só necessitam de ser realizados quando o cliente pretenda transaccionar produtos financeiros complexos, conhecidos por terem maior potencial de rendibilidade, mas que normalmente comportam riscos acrescidos. São denominados desta forma pois o seu risco e rendibilidade são mais difíceis de determinar, tendo em conta que muitas vezes, estão ligados ao comportamento de outro instrumento

financeiro de que depende a sua valorização.⁸ Alguns produtos financeiros complexos são: Acções não negociadas em mercado regulamentado, Obrigações que incorporam derivados, Unidades de participação em fundos especiais de investimento, Títulos de participação, Direitos (de subscrição e de incorporação), *Warrants* autónomos, Certificados, *Credit linked notes*, Valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis (VMOC), Futuros, Opções, *Swaps*, *Forwards*, entre outros.

A DMIF tem sido uma importante ferramenta para ajudar a proteger os interesses dos cidadãos europeus com menor literacia financeira. Ainda assim não conseguiu evitar que muitos investidores menos cautelosos perdessem património financeiro significativo, na sequência de diversas falências de instituições financeiras quer a nível internacional, quer em Portugal. A fim de melhorar a protecção dos investidores e tendo em conta que o contexto económico-financeiro mundial continua frágil, está a ser preparada a implementação de uma nova directiva, conhecida por DMIF II (Directiva dos Mercados e Instrumentos Financeiros II).

5.2 DMIF II

A Comissão Europeia aprovou, a 20 de Outubro de 2011, a proposta de revisão da DMIF, após um fervoroso debate entre os diversos representantes dos Estados-membros, durante dois anos, criando assim a DMIF II. Baseado nos regulamentos da sua primeira versão de 2007, esta nova revisão visa adaptar-se aos novos desenvolvimentos dos mercados financeiros, a fim de torná-lo mais eficiente, resiliente e transparente. Aprovada pelo Parlamento Europeu a 15 de Abril de 2014 e pelo Conselho da União Europeia a 13 de Maio de 2014, esta directiva foi publicada a 12 de Junho de 2014 no Jornal Oficial da União Europeia. Na prática pretende-se que a maioria dos produtos financeiros transaccionados nos mercados financeiros estejam sujeitos a uma regulamentação suficientemente robusta que permita oferecer aos cidadãos europeus a garantia de um mercado mais justo, mais seguro e mais eficiente. Algumas dessas medidas passam por:

- Determinar se as actividades de investimento de uma empresa não financeira são tão grandes que devam ser sujeitas à DMIF II;

⁸ A estes instrumentos financeiros os produtos financeiros complexos costumam chamar de “Activo Subjacente”.

- Impor regras que controlem a negociação de alta frequência, criando um rigoroso conjunto de requisitos organizacionais em empresas de investimento;
- Criar regras que regulam o acesso por qualquer entidade às contrapartes centrais, plataformas de negociação e pontos de referência, destinadas a aumentar a concorrência;
- Impor limites para os regimes de transparência de pré e pós-negociação aos instrumentos de capital, obrigações, derivados e produtos financeiros estruturados;
- Obrigar a negociação de acções e certos derivados em plataformas regulamentadas, em vez de *over-the-counter*⁹;
- Obrigar a apresentação periódica de relatórios sobre derivados de *commodities*;
- Reforçar, divulgar e fortalecer a prática de *best execution*¹⁰

A aplicação da DMIF II estava prevista para 3 de Janeiro de 2017 em todos os estados-membros da União Europeia, e terá a Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (AEVMM/ESMA – European Securities and Markets Authority) como responsável. O adiamento da aplicação desta directiva, agora para dia 3 de Janeiro de 2018, deveu-se à complexidade da infra-estrutura técnica de dados, à qual ainda não está completamente desenvolvida e estabelecida. Entre muitas tarefas, a ESMA terá de publicar informação sobre volumes de negociação, implementar os limites acima referidos, monitorizar o cumprimento das regras definidas e produzir relatórios conjuntos com a Comissão Europeia.

Espera-se que, com esta revisão, haja uma maior protecção dos interesses dos investidores europeus em produtos financeiros e que haja uma maior competitividade entre os prestadores de serviços financeiros na Europa. Acredita-se ainda que estas medidas tornem os mercados financeiros com mais liquidez, com custos mais reduzidos tanto para os emitentes, como para os investidores e que contribuam para o crescimento económico e criação de postos de trabalho na Europa. Como já anteriormente referido, o desenvolvimento dos mercados e os acontecimentos no “mundo financeiro” nos últimos anos, mostraram que existia na DMIF algumas fraquezas necessárias de revisão, para poder dar aos investidores maior confiança e atingir os objectivos

⁹ Operações realizadas fora de bolsa, cuja compra ou venda é negociada directamente entre as partes ou com intermediação de instituições financeiras.

¹⁰ Trata-se de uma directiva que obriga as instituições financeiras assegurar as melhores condições para os seus clientes quando transaccionam qualquer produto financeiro em seu nome

originais da DMIF, assegurando uma regulamentação mais robusta e mais adaptada à actual complexa realidade dos mercados, caracterizada por uma ampla diversidade de instrumentos financeiros e novos métodos de os transaccionar.

6. A Literacia financeira, as finanças comportamentais e as decisões de investimento

Atkinson (2015) afirma que “a poupança a longo prazo e os investimentos feitos pelos indivíduos melhoram a sua segurança financeira e promove o crescimento e desenvolvimento financeiro”. Diz ainda que há uma relação directa entre um comportamento aforrador/investidor e o nível de literacia financeira. Verificou que a quantidade e a qualidade da poupança/investimento está a níveis baixos e sugere que se aumente os níveis de cultura financeira da população em geral, como medida para aumentar os níveis da poupança/investimento. Esta autora chega a sugerir algumas formas para atingir esses objectivos. Por exemplo, ela afirma que programas de formação financeira mais longos têm tendência para produzir maior efeito nos comportamentos financeiros. Educação financeira providenciada nos locais de trabalho abordando o tema da reforma, tem contribuído para que os colaboradores aumentem o seu interesse em criar e/ou aumentar as suas contribuições para um plano de pensões complementar. O *timing* destas acções de formação financeira pode também ser crucial, uma vez que quando estas acontecem em períodos de entrega em fundos de pensões, há uma maior tendência para que os colaboradores adoptem esse comportamento. A utilização das tecnologias de informação pode ser também uma ajuda adicional para motivar os indivíduos a poupar/investir a longo prazo. Ferramentas interactivas, jogos de computador, vídeos e simuladores, podem ser algumas das formas de levar a formação financeira a um maior número de pessoas, esperando que adoptem o comportamento financeiro desejado de investir a longo prazo.

Deuflhard, Georgarakos e Inderst (2015) concluíram na sua pesquisa que 82% das famílias holandesas têm grande parte das suas poupanças em depósitos a prazo. Dizem ainda que esta percentagem é muito semelhante noutros países europeus, de acordo com os resultados de um questionário publicado pelo BCE. Concluíram que há uma forte relação entre a literacia financeira e o retorno dos seus depósitos a prazo, uma vez que as taxas destes são superiores em 29 pontos base face ao retorno obtido pelos aforradores com menor literacia financeira. Verificaram ainda que a falta de informação em determinadas ofertas de contas a prazo pode impedir os investidores de optarem por alternativas com melhores taxas de juro.

Um estudo sobre a participação da população francesa no mercado de acções, por Arrondel, Debbich, e Savignac. (2012), mostrou que existe uma forte relação entre literacia financeira,

comportamentos financeiros e a probabilidade de ter uma carteira de acções. Com base num questionário realizado em 2011, a 3616 indivíduos, com idades compreendidas entre 18 e 100 anos, estes autores puderam obter informações sobre os seus conhecimentos financeiros acerca de juro simples, juro composto, inflação e diversificação. Com estes resultados, foi criado um modelo para poder avaliar a relação entre a sua cultura financeira e a sua participação no mercado de acções e concluiu-se que a riqueza tem um impacto grande sobre a probabilidade de alguém ter uma carteira de acções. Os inquiridos com elevados coeficientes de aversão ao risco têm menos probabilidade de participar no mercado de acções. Por outro lado, os inquiridos que acreditam na subida do mercado de acções para os próximos cinco anos, têm tendência para manter a sua carteira de acções, restando-se de as venderem. Nesta pesquisa, foi possível distinguir a população com conhecimentos financeiros básicos, daquelas que possuem cultura financeira e concluir a forte ligação destes conhecimentos com a participação no mercado de acções em França.

Esta também foi a conclusão que outros autores chegaram, afirmando que aforradores com maior literacia financeira têm maior tendência para a manutenção das suas carteiras de acções, tendo assim uma maior perspectiva de acumulação de riqueza (Van Rooji, Lusardi e Alessie, 2011).

No Japão, foi feito um estudo por Sekita (2011) que tinha como objectivo relacionar o nível de literacia financeira daquele país com o planeamento da reforma. O estudo utilizou dados nacionais de 2010 (de Janeiro e Fevereiro), com uma amostra de 5.386 indivíduos e concluiu que o nível de educação financeira não era alto, apesar da maioria dos inquiridos responder correctamente a questões sobre juro simples, 29% indicaram não saber responder a uma questão relacionada com a inflação e 56% assumiram não ter resposta para a questão sobre riscos de investimento. Assumidamente, 70% dos inquiridos afirmaram ter um nível baixo ou muito baixo de literacia financeira face aos 5,6% que admitiam ter uma cultura financeira alta ou muito alta.

Para promover a literacia financeira nos mais jovens, foi criado no Japão o *Children's Bank*. Trata-se de um sistema que permite às crianças depositar e levantar dinheiro através da sua escola. Os juros obtidos com estas poupanças estão isentos de impostos e acabam por ser um incentivo para que as famílias façam uma boa gestão orçamental e possam fazer estes depósitos a prazo. Sekita (2011) mostrou no seu estudo que o nível de literacia financeira destes indivíduos não era superior aos restantes que nunca usaram este sistema. Na verdade, o nível de respostas

correctas foi muito semelhante em ambos os grupos. Através de dois métodos econométricos¹¹ este autor concluiu que a literacia financeira tem um efeito positivo no planeamento da reforma, mostrando ainda que os indivíduos que usaram o *Children's Bank* têm maior tendência para ter um plano de poupança. Os inquiridos que responderam a três ou mais questões correctamente têm maior probabilidade de fazerem um plano de reforma, face aos restantes que não o conseguiram fazer. Mostrou também que as mulheres, com elevados rendimentos, que são profissionais liberais e que possuem uma casa apresentam também uma maior percentagem em deter um plano de reforma.

Bucher-Koenen e Ziegelmeyer (2011) desenvolveram um estudo, com base em informação detalhada, de questionários feitos entre 2007 e 2009 (SAVE¹²), a um grupo de famílias alemãs acerca da sua situação financeira, sócio-económica e literacia financeira. Nesses questionários acrescentaram um módulo de perguntas adicional, em 2009, focado em questões relacionadas com a crise financeira. Nesse estudo empírico concluíram que as famílias alemãs, com um nível de literacia financeira mais baixo, têm tendência para investir menos em activos de risco e por esse motivo registam menos perdas financeiras do que famílias com níveis superiores de literacia financeira. No entanto não há registo que essas famílias, com menos literacia financeira, tenham tido perdas financeiras superiores quando decidiram investir parte das suas poupanças no mercado de acções, isto apesar de se saber que na Alemanha o investimento no mercado de acções costuma ser tradicionalmente baixo. Neste estudo 79,5% das famílias afirmaram que não sofreram qualquer perda no seu património financeiro, com a crise financeira iniciada em 2008. No entanto 20,5% dos inquiridos responderam afirmativamente a esta questão. A perda de património financeiro deste pequeno grupo de famílias atingiu, em média, os 2.562 Euros.

Outra conclusão que chegaram foi que as famílias menos “literadas” financeiramente têm maior propensão de vender os seus activos de risco durante um período de crise financeira, tornando as suas perdas financeiras como definitivas, e isso faz com que a sua riqueza/poupança diminua. Como consequência, esta situação faz aumentar o fosso da participação nos mercados accionistas entre as famílias com níveis de literacia financeira altos e as de níveis baixos. Isto implica ainda

¹¹ Método dos mínimos quadrados (OLS) e Método dos momentos generalizados (GMM)

¹² SAVE – Trata-se de um questionário feito anualmente às famílias na Alemanha, semelhante ao Censos em Portugal, cujo o objectivo é conhecer em detalhe como vive a população em termos financeiros, económicos, sociais e até as suas características psicológicas. Este inquérito tem sido conduzido pelo MEA (Munich Center for the Economics of Aging)

que estas famílias (com baixos níveis de literacia financeira) perdem a oportunidade de obter maiores ganhos no mercado de acções a longo prazo e que, caso tenham realizado rendimentos durante uma recessão, terão menos probabilidade de reinvestir esses ganhos em activos de risco e assim não participarão no processo de recuperação a seguir a uma crise económica.

De uma forma geral, estes autores concluem que as famílias com maior literacia financeira estão melhor preparadas para suportar as consequências duma crise financeira, do que famílias com baixos níveis de cultura financeira.

Num estudo com o propósito de avaliar a relação entre a literacia financeira e o planeamento da reforma, Lusardi e Mitchell (2011) concluíram que uma das razões das pessoas falharem o seu planeamento de reforma, ou de não o fazerem, está relacionada com o desconhecimento de conceitos relacionados com o juro composto, inflação e risco. Neste estudo, verificou-se que aqueles que planeavam a sua reforma respondiam correctamente a questões básicas de literacia financeira. A falta de conhecimento sobre diversificação permitiu também diferenciar os inquiridos que não são financeiramente sofisticados, daqueles que o são, assim como daqueles que não têm noções de juro composto e que falham no planeamento da sua reforma, uma vez que este tipo de cálculos são muito importantes para poderem concretizar esse planeamento. Em termos de acumulação de riqueza, estes autores constataram que quem possui maior literacia financeira está mais propenso a poupar e a investir em activos mais complexos, como é o caso das acções ou das obrigações. Segundo os autores, isto acontece porque estes indivíduos compreendem o significado do juro composto, da inflação e da diversificação do risco. No que diz respeito à diversificação, os autores encontraram uma correlação positiva entre isso e o facto de esses indivíduos deterem uma carteira de acções, ou seja, quanto maior o seu nível de literacia financeira dos indivíduos, maior é a probabilidade de terem uma carteira de acções e de recorrerem à diversificação como forma de mitigar o risco. A sua análise empírica sugere que a literacia financeira desempenha um papel crucial quanto ao tema da poupança e da selecção de activos da sua carteira.

7. Inquérito feito a alunos do ISCTE

7.1 Caracterização do inquérito e da amostra

No âmbito desta dissertação, foi elaborado um pequeno questionário, disponível nos anexos, que teve como objectivo aferir o nível de conhecimento financeiro dos alunos do ISCTE das licenciaturas de Informática e Gestão de Empresas, Economia, Finanças e Contabilidade, Gestão, Gestão de Marketing, Gestão Industrial e Logística. O questionário, com 9 respostas de escolha múltipla, em formato de papel, foi respondido anonimamente, abrangendo 324 alunos de ambos os sexos. Foi escolhido este formato para permitir respostas imediatas, sem recurso a consulta. Do universo dos alunos inquiridos 182 eram do sexo feminino, face aos restantes 142, do sexo masculino, com idades compreendidas entre 18 e 32 anos, sendo que a grande maioria estaria na faixa etária entre os 18 e 22 anos, mais precisamente 94% da amostra.

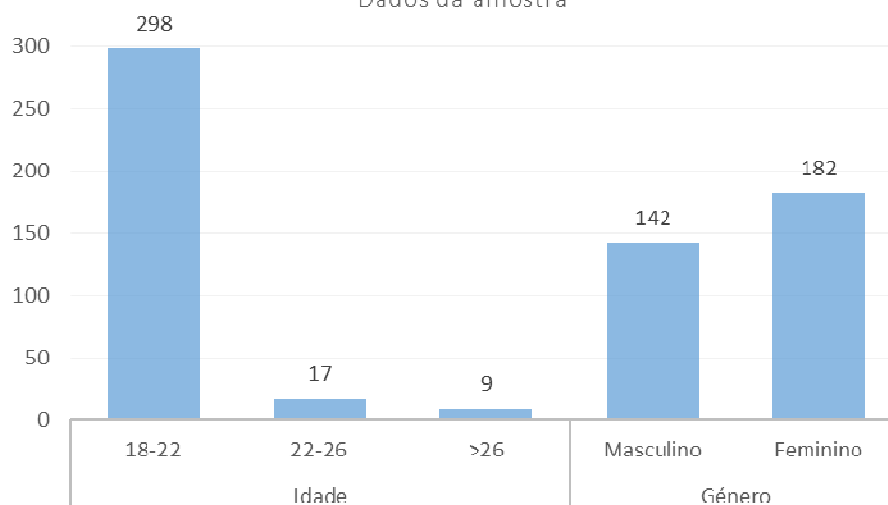
Algumas das questões contidas nesse questionário foram retiradas do *toolkit* da OCDE para medir a literacia financeira, adicionando outras questões de âmbito mais prático e relacionadas com o dia-a-dia e a capacidade de tomar decisões financeiras.

Quadro 1 – Resumo dos dados da amostra

Cursos	Género		Idade			Total por curso
	M	F	18-22	23-26	>26	
Finanças e Contabilidade	21	43	62	2	0	64
Informática e Gestão de Empresas	19	13	20	7	5	32
Gestão	64	100	160	4	0	164
Gestão de Marketing	11	1	12	0	0	12
Gestão Industrial e Logística	11	12	23	0	0	23
Economia	16	13	27	2	0	29
Total	142	182	304	15	5	
Total global		324				324
Relação percentual	44%	56%	94%	5%	2%	

Gráfico 1

Dados da amostra



7.2 Resultados do inquérito

Questão 1

Suponha que tem algum dinheiro de parte. É mais seguro colocar esse dinheiro...

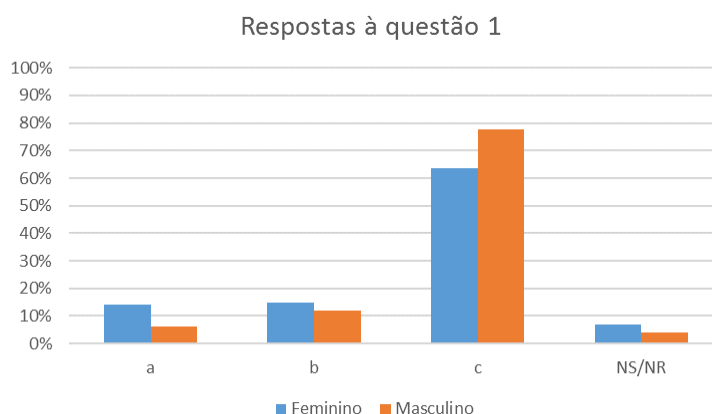
- a) num só negócio ou investimento
- b) dois negócios ou investimentos
- c) múltiplos negócios ou investimentos
- d) Não sei/Não respondo

A primeira questão tinha como objectivo avaliar os conhecimentos sobre diversificação e verificou-se que 69% dos inquiridos responderam correctamente, sendo que o universo masculino se destacou com 78% face a 64% das respostas correctas do universo feminino. Será relevante referir que os alunos dos cursos de Gestão de Marketing e de Informática tiveram uma fraca prestação nesta questão com resultados positivos de apenas 33% e 47%, respectivamente.

Quadro 2 – Total dos cursos

Resposta seleccionada	Feminino	Masculino	Total Geral
A	14%	6%	11%
B	15%	12%	14%
C	64%	78%	69%
NS/NR	7%	4%	6%
Total Geral	100%	100%	100%

Gráfico 2



Questão 2

Suponha que nos próximos 10 anos os preços dos bens duplicam. Se o seu rendimento também duplicar, será capaz de comprar...

- a) Menos do que consigo comprar hoje
- b) O mesmo que consigo comprar hoje
- c) Mais do que consigo comprar hoje
- d) Não sei/Não respondo

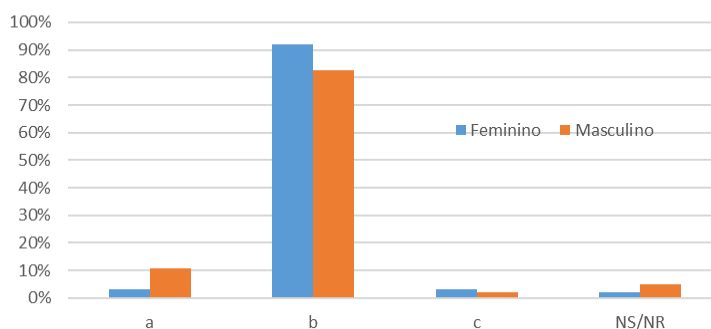
A segunda questão abordava a questão da inflação e a importância para a formação da poupança e 88% dos alunos conseguiram responder acertadamente. Os resultados foram homogêneos entre os cursos, com excepção do curso de Gestão de Marketing cujo nível de respostas positivas atingiu apenas 58% dos entrevistados.

Quadro 3 – Total dos cursos

Resposta seleccionada	Feminino	Masculino	Total Geral
A	3%	10%	6%
B	92%	83%	88%
C	3%	2%	2%
NS/NR	2%	5%	4%
Total Geral	100%	100%	100%

Gráfico 3

Respostas à questão nº2



Questão 3

Suponha que precisa de pedir emprestados 100 euros. Qual é o montante mais baixo a devolver dentro de 1 ano?

- a) 105 euros
- b) 100 euros mais 3%
- c) Indiferente
- d) Não sei/Não respondo

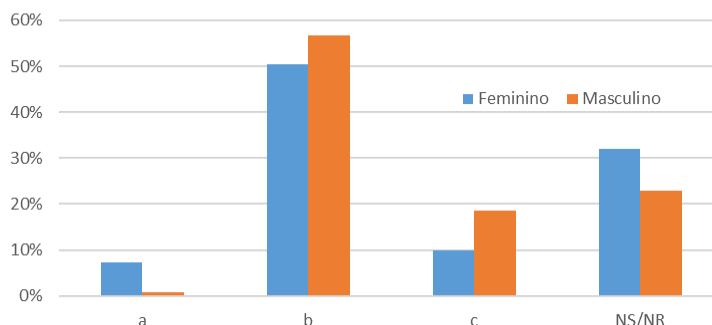
A terceira questão procurava saber se os inquiridos tinham noções sobre juro simples. O nível de respostas demonstrou um baixo conhecimento nesta matéria, uma vez que apenas 53% dos inquiridos responderam acertadamente. Os cursos de Gestão de Marketing e Gestão Industrial tiveram as performances mais decepcionantes com apenas 17% e 26%, respectivamente.

Quadro 4 – Total dos cursos

Resposta seleccionada	Feminino	Masculino	Total Geral
A	7%	1%	5%
B	51%	57%	53%
C	10%	19%	14%
NS/NR	32%	23%	28%
Total Geral	100%	100%	100%

Gráfico 4

Respostas à questão nº3



Questão 4

Suponha que aplica o dinheiro num depósito pelo prazo de dois anos e o banco concorda em adicionar anualmente 15% ao saldo da sua conta. Irá o banco adicionar ...

- a) mais dinheiro no segundo ano do que no primeiro
- b) o mesmo valor em ambos os anos
- c) mais dinheiro no primeiro ano do que no segundo
- d) Não sei/Não respondo

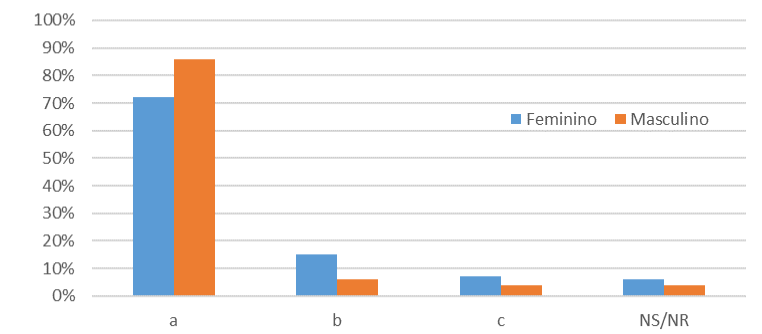
O tema da quarta questão era o juro composto. Curiosamente os resultados foram mais positivos do que na terceira questão e atingiram os 78% de inquiridos com respostas correctas. Mais uma vez os rapazes destacaram-se face às raparigas (86% vs. 72%) e os alunos do curso de Gestão de Marketing voltaram a ter um resultado muito abaixo da média, com apenas 42% a responder acertadamente e 33% admitindo não saber ou não querer responder.

Quadro 5 -Total dos cursos

Resposta seleccionada	Feminino	Masculino	Total Geral
A	72%	86%	78%
B	15%	6%	11%
C	7%	4%	6%
NS/NR	6%	4%	5%
Total Geral	100%	100%	100%

Gráfico 5

Respostas à questão nº4



Questão 5

Suponha que tem necessidade de efectuar uma aplicação de 20.000 EUR que tem disponíveis por 3 meses. A alternativa mais segura, no que respeita à garantia do capital aplicado, seria comprar unidades de participação de um:

- a) Fundo de tesouraria
- b) Fundo de acções portuguesas
- c) Fundo de obrigações de dívida pública Alemã
- d) Não sei/Não respondo

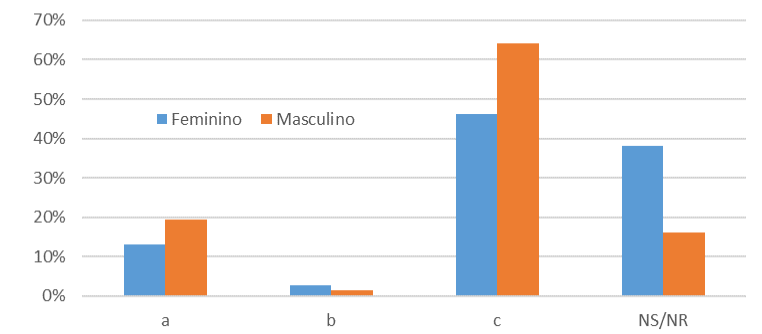
A quinta questão abordava o investimento com a maior segurança do capital e apenas 54% responderam correctamente à questão, sendo que as licenciaturas de Informática, Gestão Industrial e Gestão de Marketing ficaram bastante abaixo da média. O destaque vai para os 28% dos inquiridos que não souberam ou não quiseram responder a esta pergunta.

Quadro 6 – Total dos cursos

Resposta seleccionada	Feminino	Masculino	Total Geral
A	13%	19%	16%
B	3%	1%	2%
C	46%	64%	54%
NS/NR	38%	16%	28%
Total Geral	100%	100%	100%

Gráfico 6

Respostas à questão nº 5



Questão 6

Se precisar de crédito, qual a percentagem do rendimento mensal líquido que não deve ser ultrapassada?

- a) Inferior a 40%
- b) Inferior a 25%
- c) Superior a 50%
- d) Não sei/Não respondo

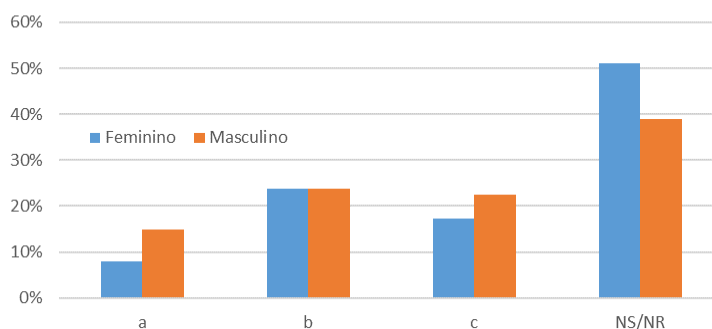
A questão número seis, provavelmente a mais difícil de todo o questionário, abordava o tema da taxa de esforço, importante para o excesso do endividamento das famílias. Apenas 11% dos inquiridos conseguiram responder acertadamente, mas admite-se que se tratava de uma questão muito específica e que para este segmento etário é aceitável que desconhecêssem a sua resposta.

Quadro 7 – Total dos cursos

Resposta seleccionada	Feminino	Masculino	Total Geral
A	8%	15%	11%
B	24%	24%	24%
C	17%	22%	19%
NS/NR	51%	39%	46%
Total Geral	100%	100%	100%

Gráfico 7

Respostas à questão nº 6



Questão 7

No Multibanco, qual o valor máximo de levantamento diário por cartão bancário?

- a) 300 Eur
- b) 200 Eur
- c) 400 Eur
- d) Não sei/Não respondo

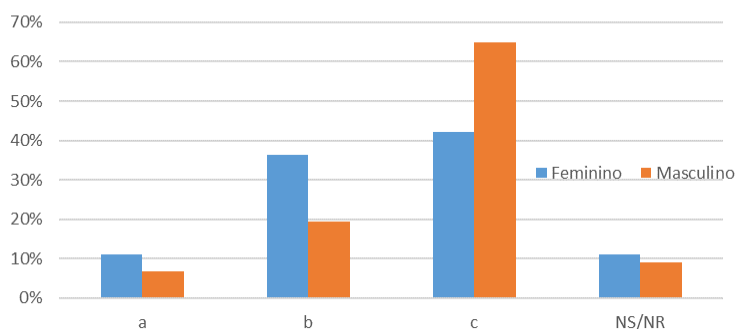
A sétima pergunta abordava uma questão muito prática, relacionada com o montante máximo diário de levantamento em dinheiro nas máquinas multibanco. Apenas 52% destes alunos souberam responder a esta questão e mais uma vez os rapazes estiveram acima das raparigas com 65% face a 42%.

Quadro 8 – Total dos cursos

Resposta seleccionada	Feminino	Masculino	Total Geral
A	11%	7%	9%
B	36%	19%	29%
C	42%	65%	52%
NS/NR	11%	9%	10%
Total Geral	100%	100%	100%

Gráfico 8

Respostas à questão nº7



Questão 8

O que é o IBAN?

- a) International Bank Association Natural
- b) International Bank Account Number
- c) Instituto Bancário de Avaliação Numérica
- d) Instituto Brasileiro de Artes Nacionais

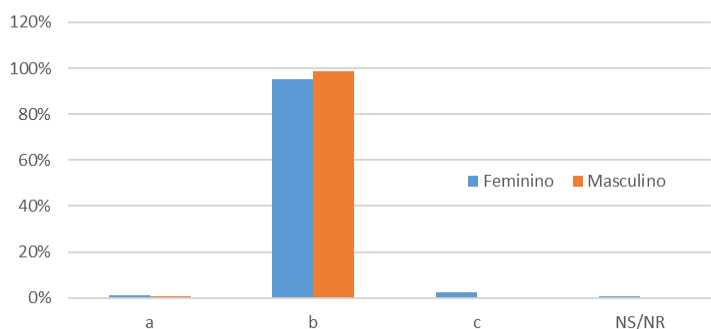
A oitava questão inquiria o significado de IBAN e 97% dos alunos souberam responder correctamente a esta questão.

Quadro 9 – Total dos cursos

Resposta seleccionada	Feminino	Masculino	Total Geral
A	1%	1%	1%
B	95%	99%	97%
C	3%	0%	2%
NS/NR	1%	0%	0%
Total Geral	100%	100%	100%

Gráfico 9

Respostas à questão nº 8



Questão 9

Qual é a data de validade de um cheque?

- a) A que está indicada no próprio cheque
- b) No último dia do ano
- c) 30 dias
- d) 6 meses

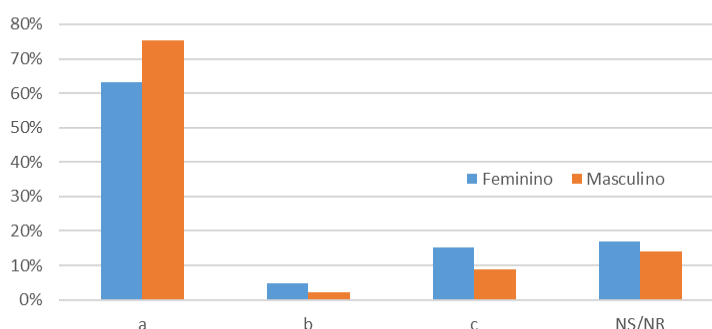
Por fim, a questão número nove inquiria qual a validade dum cheque e mais uma vez as respostas não foram homogéneas. Apenas 68% dos alunos souberam responder correctamente, sendo que os alunos das licenciaturas com as melhores performances foram Gestão Industrial e Informática, contrastando com as respostas às questões anteriores.

Quadro 10 – Total dos cursos

Resposta seleccionada	Feminino	Masculino	Total Geral
A	63%	75%	68%
B	5%	2%	4%
C	15%	9%	13%
NS/NR	17%	14%	15%
Total Geral	100%	100%	100%

Gráfico 10

Respostas à questão nº 9



Apesar de termos uma amostra reduzida, podendo apresentar alguns resultados enviesados pelo facto de ser ter inquirido apenas alunos de algumas licenciaturas do ISCTE, podemos concluir que o nível de literacia financeira deste grupo de alunos vai ao encontro do perfil já traçado por outras entidades, como a OCDE, o Banco de Portugal e a CMVM. Neste pequeno estudo, a amostra indica que indivíduos do sexo masculino apresentam ter um nível de literacia financeira superior, face ao feminino. Os resultados revelam ainda que o nível de cultura financeira destes jovens alunos é ainda baixo, uma vez que 4 das 9 questões tiveram menos de 60% dos inquiridos a responderem correctamente. Verificamos ainda que alunos de cursos não relacionados com temas financeiros, como é o caso de Gestão de Marketing e Gestão Industrial e Logística, demonstram ter menor nível de educação financeira do que os restantes. Isto permite-nos concluir adicionalmente que temas desta natureza devam ser incluídos nos programas curriculares, por forma a preparar os jovens recém-licenciados para a vida profissional activa, onde terão de lidar com este tipo de questões e decisões importantes para garantir o seu bem-estar e da sua família. Outra forma de poder aumentar o nível de educação financeira deste segmento da população poderão ser *workshops*, seminários e acções de formação financeira, de frequência obrigatória. Outra sugestão poderá passar pela implementação de casos que simulem planeamento financeiro e orçamental e/ou investimentos em diversos produtos financeiros. Como última sugestão, poder-se-á incluir nos currículos um estágio de curta duração numa instituição financeira, que permita aos recém-licenciados ter uma visão mais real sobre os mais variados temas financeiros.

Conclusão

Depois de passarmos pelas várias definições de literacia financeira e da evolução deste conceito, face à constante mudança do mundo e dos mercados, de termos constatado o estado da arte dos níveis de educação financeira em diversos países e de termos conhecido algumas das medidas que têm sido tomadas pelos governos e outras instituições, podemos concluir que a literacia financeira influencia muito, não só as decisões de investimento, mas também o dia-a-dia de cada um de nós.

Percebemos que indivíduos com maior nível de educação financeira conseguem ter uma vida financeira mais estável, quer através do planeamento do seu orçamento familiar, quer através do planeamento da sua reforma, ou até pela participação de forma activa no mercado de acções, obtendo a médio-longo prazo, proveito disso. Conseguem ainda ter rendimentos de investimento/poupança superiores àqueles que possuem nível mais baixo de literacia financeira e percebem que a diversificação do seu património ajuda a mitigar o risco dos seus investimentos.

No que diz respeito a Portugal, apesar de se sentir uma boa progressão nesta matéria, ainda se constata que o nível de educação financeira é baixo e que isso pode ser um dos factores que torne o país com um fraco crescimento económico e com um nível de dinamismo empresarial longe ao que se assiste nos países do centro da Europa. Diversos estudos têm ligado estes dois temas e nesta dissertação verificámos que Portugal posiciona-se no intervalo entre 25 a 34% de adultos com um bom nível de literacia financeira. Austrália, Canadá, Dinamarca, Finlândia, Alemanha e Noruega, são alguns dos países em que o índice da população com nível de educação financeira elevado é superior a 65% e, economicamente falando, sabemos também que estes são países fortes, com crescimentos regulares e que possuem condições sociais bastante interessantes para a sua população. Sabendo nós que aqueles países têm sido exímios na educação financeira das suas populações, como pode Portugal imitar o seu exemplo?

Uma das formas é estabelecer metas concretas. Por exemplo, a Nova Zelândia definiu que num prazo de 10 anos 90% da população deverá poupar ou investir a curto, médio ou longo-prazo e que 80% dos investidores invistam em obrigações, acções e fundos de investimento. Possuem ainda o ambicioso objectivo de 100% dos actuais e potenciais investidores compreenderem os

princípios-chave do investimento. Outra forma é através das gerações mais jovens, incluindo os temas financeiros nos currículos académicos, desde o 1º ciclo de escolaridade até ao ensino universitário. Os pais destes jovens deverão dar o exemplo em casa, através duma boa gestão do orçamento familiar, ensinando e incentivando os seus filhos a poupar e a tomar decisões de investimento, de consumo e de crédito, de forma sensata e ponderada, construindo desta forma uma sociedade mais equilibrada, evitando assim graves problemas como o endividamento excessivo, falta de qualidade de vida familiar e outros problemas económico-financeiros que assolam a sociedade nos dias que correm. As instituições financeiras, entidades reguladoras e outras organizações não-governamentais deverão continuar a desempenhar o seu papel em formar e ajudar cidadãos menos instruídos a tomar correctas decisões, adoptando uma conduta transparente e justa.

Depois de concluirmos a importância da literacia financeira nas decisões de investimento e na nossa vida, o que dizer quando alguém, que exerce uma profissão no sector financeiro e portanto possui um nível de literacia financeira muito elevado, investe em 2012 numa obrigação emitida por uma empresa europeia de referência do sector das telecomunicações, com elevado rating, e que em 2016 essa empresa apresenta um evento de crédito, e esse investidor vê o seu investimento ser reembolsado por uns meros 20%, em alguns casos menos? Esta é uma situação real, que aconteceu em 2016 e que, infelizmente, afectou milhares de famílias em Portugal. Apesar de se constatar que o nível de literacia financeira é importante para este tipo de questões, é importante também perceber que outro tipo de acompanhamento deverá ser feito.

Imaginando que ninguém terá o segredo ou uma bola de cristal para investir de forma perfeita, sem risco, tendo a melhor rentabilidade do mundo, outros estudos poderão ajudar a responder à eterna questão:

Como devo investir então?

Referências Bibliográficas

- Arrondel, L., Debbich, M. e Savignac, F. 2012. Stockholding and financial literacy in the french population. **International Journal of Social Sciences and Humanity Studies**, vol.4, No.2, 1309-8063, Paris
- Associação Portuguesa de Bancos, **Educação Financeira**.
www.apb.pt/sala_de_imprensa/educacao_financeira consultado a 27 de Outubro de 2015
- Associação Portuguesa de Bancos. 2016. **Educação Financeira**, Lisboa
- Atkinson, A., Messy, F., Rabinovich e L. Yoong, J.. 2015. **Financial Education for Long-term Savings and Investments: Review of Research and Literature**. OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions, No. 39, OECD Publishing, Paris.
- Atkinson, A. e Messy, F. 2012. **Measuring Financial Literacy: Results of the OECD / International Network on Financial Education (INFE) Pilot Study**. OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions, No. 15, OECD Publishing, Paris
- Banco de Portugal. 2010. **Relatório do Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa**, Departamento de Supervisão Comportamental, Lisboa
- Bucher-Koenen, T. e Ziegelmeyer, M. 2011. **Who Lost the Most? Financial Literacy, Cognitive Abilities, and the Financial Crisis**. MEA Discussion Paper No. 234-11, Munich Center for the Economics of Aging (MEA), Munique.
- Burnet, M. 1965. **ABC of Literacy**. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, Paris
- Cetelem, **Alunos do ensino secundário aprendem sobre literacia financeira**,
www.cetelem.pt/sala-de-imprensa/alunos-aprendem-literacia-financeira.html, consultado a 1 de Março de 2015
- Chen H. e Volpe R. P. 1998. An Analysis of Personal Financial Literacy Among College Students. **Financial Services Review**, 7(2): 107-128.
- CMVM. 2008. **Diretiva dos Mercados de Instrumentos Financeiros: Respostas às perguntas mais frequentes**
<http://www.cmvm.pt/pt/AreadoInvestidor/Informa%C3%A7%C3%A3oInvestidor/Directiva%20dos%20Mercados%20de%20Instrumentos%20Financeiros/Pages/Respostas-as-Perguntas-Mais-Frequentes-N.aspx> , consultado a 1 de Maio de 2016
- CMVM. 2016. **INFE/OCDE divulga primeiros resultados de inquérito internacional à literacia financeira**. www.cmvm.pt/pt/comunicados/comunicados/pages/20160420c.aspx?v , consultado a 26 de Abril de 2016

- Comissão de Mercado de Valores Mobiliários. 2009. **Literacia Financeira**. Apresentação na Câmara de Comércio Americana em Portugal, CMVM, Lisboa
- Conselho Nacional de Supervisores Financeiros. 2011. **Plano Nacional de Formação Financeira 2011-2015. Linhas de orientação**, BdP, CMVM e ISP, Lisboa
- Conselho Nacional de Supervisores Financeiros. 2016. **Plano Nacional de Formação Financeira 2016-2020. Linhas de orientação**, BdP, CMVM e ASSFP, Lisboa
- Deuflhard, F., Georgarakos D. e Inderst, R. 2015. **Financial Literacy and savings account returns**. Working paper series nº 1852, BCE, Frankfurt
- Dias, A., Oliveira, A., Pereira, C., Abreu, M. T., Alves, P., Basto, R., Silva, R. e Narciso, S. 2013. **Referencial de Educação Financeira para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico, o Ensino Secundário e a Educação e Formação de Adultos**. Ministério da Educação e da Ciência. Lisboa
- European Commission. 2014. **Markets in Financial Instruments Directive (MiFID II): Frequently Asked Questions**. http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-14-305_en.htm . Consultado a 20 de Julho de 2016
- European Securities and Markets Authority. **MIFID (II) and MIFIR**. <https://www.esma.europa.eu/policy-rules/mifid-ii-and-mifir> . Consultado a 18 de Julho de 2016
- Fernandes, D. T. 2011. **Acerca da literacia financeira**. Dissertação de mestrado, ISCTE, Lisboa.
- Financial Industry Regulatory Authority. 2003. **NASD Investor Literacy Research**. Executive Summary, Applied Research & Consulting LLC, Nova Iorque
- Grifoni, A. e F. Messy. 2012. **Current Status of National Strategies for Financial Education: A Comparative Analysis and Relevant Practices**. OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions, No. 16, OECD Publishing, Paris.
- Henriques, S. 2010. **Aspectos da Literacia Financeira dos Portugueses. Um Estudo empírico**. Dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Hung A., A. Parker e J. Yoong. 2009. **Defining and Measuring Financial Literacy**. RAND Working paper series WR-708, Santa Monica, California
- Huston, S. J. 2010. Measuring Financial Literacy. **Journal of Consumer Affairs**, vol 44, pág. 296-316
- Jorgensen, B. L. 2007. **Financial Literacy of College Students: Parental and Peer Influences**. Dissertação de mestrado, Faculty of Virginia Polytechnic Institute and State University, Blacksburg, Virginia

- Klapper, L, A. Lusardi e van Oudheusden P. 2015. Financial Literacy Around the World. **S&P Global FinLit Survey Report**. McGraw Hill Financial Inc, Nova Iorque
- Lusardi A. e O. Mitchell. 2011. **Financial Literacy: Implications for Retirement Wellbeing**. NBER Working Paper No. 17078, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA
- Mandell, L. 2007. **Financial Literacy of high school students**. Handbook of Consumer Finance Research. New York, NY
- Mason, C. e R. Wilson. 2000. **Conceptualising financial literacy**. Occasional paper, 2000:7. Business School, Loughborough University, Loughborough
- Moore, D. 2003. Survey of Financial Literacy in Washington State: Knowledge, Behavior, Attitudes and Experiences. **Washington State University Social and Economic Sciences Research Center Technical Report**, Washington.
- Moutinho, P., **Faça o teste para saber a sua literacia financeira**, www.jornaldenegocios.pt/mercados/detalhe/faca_o_teste_para_saber_a_sua_literacia_financeira.html, publicado a 19-11-2015
- O Observador Cetelem 2016. **Estudo sobre a Literacia Financeira**. Cetelem. Lisboa
- OECD. 2005. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness**. OECD Publishing
- OECD. 2014. **PISA 2012 Results: Students and Money: Financial Literacy Skills for the 21st Century (Volume VI)**. OECD Publishing, Paris
- OECD. 2015. **2015 OECD/INFE Toolkit for measuring financial literacy and financial inclusion**. OECD Publishing, Paris
- Opletalová A. 2014. Financial education and financial literacy in the Czech education system. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, 171, 1176–1184
- Redmund, D. 2010. Financial Literacy Explicated: The Case for a Clearer Definition in an Increasingly Complex Economy. **Journal of Consumer Affairs**, vol 44
- Schagen, S. 1996. **Financial Literacy in Adult Life**. Berkshire: National Foundation for Educational Research
- Sekita, S. 2011. Financial literacy and retirement planning in Japan. **Journal of Pension Economics and Finance**, 10, pp 637-656.

- Shibia A. G. e Kieyah J. 2016. Effects of Financial Literacy on Individual Choices Among Financial Access Strands in Kenya. **International Journal of Business and Economics Research**. Vol. 5, No. 1, pp. 10-18.
- Van Rooji, M., A. Lusardi e R. Alessie. 2011. Financial Literacy and stock market participation. **Journal of Financial Economics**, 101 (2), 449-472.
- Willis, L. 2008. **Against Financial Literacy**. Iowa Law Review, Vol. 94, University of Penn Law School, Public Law Research paper No. 08-10; Loyola-LA Legal Studies Paper No. 2008-13, Los Angeles

Anexos

Questionário

Curso: _____	Ano: _____
Idade: _____	Género: _____

Selecione por favor **a opção mais correcta!**

1. Suponha que tem algum dinheiro de parte. É mais seguro colocar esse dinheiro...

- a) num só negócio ou investimento
- b) dois negócios ou investimentos
- c) múltiplos negócios ou investimentos
- d) Não sei/Não respondo

2. Suponha que nos próximos 10 anos os preços dos bens duplicam. Se o seu rendimento também duplicar, será capaz de comprar...

- a) Menos do que consigo comprar hoje
- b) O mesmo que consigo comprar hoje
- c) Mais do que consigo comprar hoje
- d) Não sei/Não respondo

3. Suponha que precisa de pedir emprestados 100 euros. Qual é o montante mais baixo a devolver dentro de 1 ano?

- a) 105 euros
- b) 100 euros mais 3%
- c) Indiferente
- d) Não sei/Não respondo

4. Suponha que aplica o dinheiro num depósito pelo prazo de dois anos e o banco concorda em adicionar anualmente 15% ao saldo da sua conta. Irá o banco adicionar ...

- a) mais dinheiro no segundo ano do que no primeiro
- b) o mesmo valor em ambos os anos
- c) mais dinheiro no primeiro ano do que no segundo
- d) Não sei/Não respondo

5. Suponha que tem necessidade de efectuar uma aplicação de 20.000 EUR que tem disponíveis por 3 meses. A alternativa mais segura, no que respeita à garantia do capital aplicado, seria comprar unidades de participação de um:

- a) Fundo de tesouraria
- b) Fundo de acções portuguesas
- c) Fundo de obrigações de dívida pública Alemã
- d) Não sei/Não respondo

6. Se precisar de crédito, qual a percentagem do rendimento mensal líquido que não deve ser ultrapassada?

- a) Inferior a 40%
- b) Inferior a 25%
- c) Superior a 50%
- d) Não sei/Não respondo

7. No Multibanco, qual o valor máximo de levantamento diário por cartão bancário?

- a) 300 Eur
- b) 200 Eur
- c) 400 Eur
- d) Não sei/Não respondo

8. O que é o IBAN?

- a) International Bank Association Natural
- b) International Bank Account Number
- c) Instituto Bancário de Avaliação Numérica
- d) Instituto Brasileiro de Artes Nacionais

9. Qual é a data de validade de um cheque?

- a) A que está indicada no próprio cheque
- b) No último dia do ano
- c) 30 dias
- d) 6 meses